

# FOLHA DE S. PAULO

# TJ quer tratamento especial

## 21 OUT 2011

# para juiz suspeito de infração

**Presidente do TJ-SP quer que juiz tenha 'delegado especial'**

O presidente do TJ de SP, José Roberto Bedran, pediu a criação de um "delegado especial" para cuidar de casos de juízes. Para ele, a medida evitará "os incidentes e que eles cheguem a jornais e possam ser explorados".

A declaração foi dada após sessão que promoveu a desembargador um juiz detido sob suspeita de dirigir embriagado.

Desembargador diz que isso evitará que incidentes sejam explorados por jornais

**Declarações ocorreram durante sessão em que juiz suspeito de dirigir embriagado recebeu promoção**

O presidente do TJ (Tribunal de Justiça) de São Paulo, José Roberto Bedran, pediu oficialmente à Secretaria de Estado da Segurança Pública a criação da figura de um "delegado especial" para cuidar de ocorrências que envolvam juízes e desembargadores.

A proposta foi revelada publicamente em sessão do TJ de anteontem, na discussão sobre a promoção ao cargo de desembargador do juiz Francisco Orlando de Souza, 57, detido pela polícia sob suspeita de dirigir embriagado e sem habilitação no dia 9 deste mês.

Após uma briga de trânsito, ele foi levado à delegacia e liberado no mesmo dia. Ele nega que estivesse bêbado.

Em São Paulo, um magistrado não pode ser detido e a ocorrência tem de ser comunicada ao TJ. O tratamento especial, com delegado exclusivo, porém, não está na lei.

Na sessão do TJ, Bedran disse que pediu ao governo que "haja um entendimento, protocolo, convênio, de sorte que qualquer incidente a envolver juiz ou desembargador será acionado um delegado especial, que dará atenção

ao caso e imediatamente [comunicará] ao Tribunal".

Ele foi além. "Esse entendimento entre o tribunal e a Secretaria da Segurança vai levar a que se evitem esses incidentes, e que cheguem ao conhecimento dos jornais e possam até ser explorados."

Após ser procurado ontem pela **Folha**, Bedran negou que sua intenção seja restringir o trabalho da imprensa.

A ideia do "delegado especial", afirmou, é para evitar a divulgação de fatos "distorcidos" ou "sensacionalistas".

"A imprensa é livre. Não queremos evitar a divulgação de fatos, mas que eles sejam desvirtuados", afirmou ele.



O presidente do TJ-SP, desembargador José Roberto Bedran

**CONTINUA**

# 21 OUT 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

#### APURAÇÃO INTERNA

Sobre o caso do juiz, Bedran relatou durante a sessão de anteontem que o tribunal fez uma investigação e não encontrou provas para barrar a promoção dele. O presidente do TJ ressaltou, porém, que as apurações vão continuar.

Outros desembargadores levantaram suspeitas sobre a conduta do delegado que teve Souza. Também foram citados elogios de colegas ao magistrado, que então teve a promoção aprovada pelo critério da antiguidade (tempo de trabalho na magistratura).

A Secretaria da Segurança Pública informou, por nota, que estuda agilizar a comunicação do TJ em casos envolvendo juízes em ocorrências, mas negou a possibilidade de restringir o trabalho de delegados e da imprensa.

“Não há que se confundir a observância da lei com qualquer tipo de redução das atribuições funcionais dos delegados e tampouco com cerceamento do trabalho da imprensa”, diz o texto da nota.

21 OUT 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### Entidades discutem relação entre o Poder Judiciário e a imprensa

**DE PORTO ALEGRE** - A ANJ (Associação Nacional de Jornais) e a Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul promovem hoje o Seminário Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário, em Porto Alegre.

Representantes de empresas de comunicação e magistrados vão debater temas como direitos de resposta na mídia, responsabilidade civil e criminal e o fim da Lei de Imprensa no país.

A legislação, com um conjunto de regras sobre o trabalho jornalístico, foi revogada pela Justiça em abril de 2009.

Participam do evento a presidente da ANJ, Judith Brito, que também é superintenden-

te do Grupo Folha, e os ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Teori Albino Zavascki, Marco Aurélio Gastaldi Buzzi e Fátima Nancy Andrichi.

Desembargadores do Tribunal de Justiça gaúcho, juizes, advogados e jornalistas também vão discutir a relação entre o Poder Judiciário e a imprensa em três painéis e em uma conferência.

O público presente poderá interagir e fazer perguntas durante os debates.

O seminário será realizado no auditório da Escola Superior de Magistratura, na rua Celeste Gobatto, 229, no bairro Praia de Belas, na capital gaúcha.

21 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

# Justiça condena três médicos em Taubaté

Eles foram condenados a 17 anos e seis meses por retirar rins sem confirmar morte encefálica de quatro pacientes

**Urologista, nefrologista e neurocirurgião podem recorrer da sentença; órgãos foram usados em transplantes em SP**

A Justiça condenou ontem, em Taubaté (140 km de São Paulo), o urologista Rui Noronha Sacramento, o nefrologista Pedro Henrique Torrecillas e o neurocirurgião Mariano Riore Júnior por homicídio doloso (intencional). Os réus foram condenados a 17 anos e seis meses pelo crimes e podem recorrer da decisão em liberdade.

Eles foram acusados de usar laudos falsos no diagnóstico de morte cerebral para extirpar rins de quatro pacientes para transplantes.

Por volta das 20h, o conselho de sentença deixou a sala secreta do Fórum Central de Taubaté para entregar ao juiz Marco Antônio Montemor a deliberação sobre o caso.

O ponto central que eles deveriam responder ao juiz era se houve extrações de rins sem diagnóstico de morte encefálica e se isso causou a morte dos pacientes.

O promotor Márcio Augusto Friggi de Carvalho defendeu que as nefrectomias bilaterais (retirada dos rins) em quatro pacientes, entre setembro e novembro de 1986, foram realizadas pela equipe médica do Hospital Santa Isabel sem a devida comprovação de morte cerebral.

Ao fazer a sua réplica, na manhã de ontem, o promotor defendeu a condenação dos três médicos como uma decisão histórica que os jurados tomariam.

“Os senhores jurados têm a oportunidade de proferir uma decisão histórica sobre essa barbaridade praticada há 25 anos, aqui em Taubaté”, disse. “A mensagem que os réus deste processo dão ao país é de que se pode retirar órgãos de quem quer que seja sem a certeza de morte encefálica.”

## ‘FAZER JUSTIÇA’

Sérgio Badaró, um dos três advogados de defesa dos médicos, rebateu em sua tréplica que o júri não deveria fazer história, “mas Justiça”.

Ele pediu a absolvição dos réus pelo fato de a Promotoria não ter apresentado provas de que as supostas vítimas estavam vivas quando foi feita a retirada dos rins.

“Este júri de Taubaté não pode ficar conhecido como aquele dos jurados que condenaram os réus por gente que já estava morta.”

Segundo o promotor, o processo está repleto de laudos e testemunhos de que as cirurgias foram feitas sem comprovação de morte cerebral dos quatro pacientes.

Ao fazer a tréplica, na manhã de ontem, para um plenário cheio de parentes e amigos dos réus, o promotor bateu boca com os advogados.

A decisão de ontem coube a três homens e quatro mulheres, escalados para o júri.

Dois metalúrgicos, um funcionário público, três estudantes e uma analista compunham o júri. Todos eles têm idades que variam de 20 a 50 anos.

## ‘Os médicos foram vítimas deles mesmos’

“Meu irmão foi atropelado à noite, quando ia de bicicleta para o trabalho. Ele tinha 15 anos e era ajudante numa padaria aqui em Taubaté. Ele chegou vivo no hospital. No dia 1º de novembro de 1986, foi declarado morto.

A gente não entendeu o que tinha acontecido direito. Todo mundo estava muito abalado. Meu ex-cunhado viu o corpo do Alex aberto na altura do abdômen, comentou com a minha mãe, mas a gente não sabia que os rins dele tinham sido retirados.

Só depois, quando o caso saiu nos jornais, a gente ficou sabendo dos detalhes. É tudo muito confuso. Minha mãe nunca autorizou a retirada dos rins. Ela era empregada doméstica, não sabia ler e escrever direito. Tempos depois, ela morreu, de câncer.

Os médicos têm que ser punidos pelo que fizeram e pelo modo como fizeram: sem autorização. Eles foram vítimas deles mesmos, do poder que tinham, da própria ganância.

“Não tenho nada contra a pessoa que recebeu o rim do Alex. Entendo a família que pagou R\$ 35 mil pelo transplante. Se eu tivesse dinheiro, faria o mesmo. Eles não são culpados.”

VÂNIA CRISTINA DE LIMA, 30, comerciante, irmã de Alex de Lima

CONTINUA



# 21 OUT 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

**RETIRADA DE ÓRGÃOS EM TAUBATÉ** Quatro cirurgias foram feitas entre setembro e dezembro de 1986



#### A DENÚNCIA

Em janeiro de 1987, o diretor da Faculdade de Medicina de Taubaté, Roosevelt de Sá Kalume, denuncia que os órgãos foram extraídos sem a confirmação de morte cerebral

#### QUEM DIZ O QUÊ

##### FAMÍLIA

#### Vânia Cristina de Lima, irmã de um paciente

Diz que o irmão chegou com vida no hospital e que a família não autorizou a retirada dos rins

##### FUNCIONÁRIOS

#### Rita Pereira, ex-enfermeira

Diz que um paciente se debateu após ter os rins retirados e que um médico enfiou o bisturi no peito dele até ficar inerte

#### Lenita Bueno Bassi, anestesista:

Disse que participou da cirurgia citada por Rita e que não presenciou o que ela relatou

##### DEFESA

> Diz que a morte cerebral foi confirmada com exames e registrada nos prontuários  
> Afirma que os órgãos "foram bem retirados" e que a denúncia de Kalume é motivada por inveja e vaidade



#### O PROCESSO

O inquérito policial só é concluído dez anos depois; em 1996, o Ministério Público denuncia os médicos e, em 1999, a Justiça decide que o caso vai a júri popular



#### O JÚRI

A prescrição (20 anos) começa a contar em 2003; esgotados todos os recursos da defesa, os réus são levados a julgamento 25 anos depois dos fatos



Por que o júri demorou tanto?

Porque ao longo de 12 anos, desde a primeira decisão da Justiça, a defesa utilizou todos os recursos possíveis



Os médicos continuaram atuando?

Sim. Eles foram ino-centados pelos conselhos Regional e Federal de Medicina

## Julgamento tem manifestações de apoio aos réus

O julgamento levou ao fórum um público diferenciado. Nos quatro dias, os 50 lugares do plenário foram totalmente ocupados.

Destacava-se um grupo com camisetas brancas com o slogan: "Dr. Rui [Sacramento] e equipe, nós acreditamos em vocês".

"Foi um constrangimento ver as pessoas com cami-

setas de apoio aos réus dentro do plenário", diz Vânia Cristina de Lima, testemunha de acusação e irmã de Alex de Lima, paciente que teve os rins extraídos.

Também se destacava o desembargador Sérgio Ribas, da 5ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça, em solidariedade aos réus.

Parentes das vítimas foram só no primeiro dia, como testemunhas de acusação. O médico que fez a denúncia, Roosevelt de Sá Kalume, também. Ele passou mal e foi internado no Hospital Regional, o antigo Santa Isabel que denunciou.

21 OUT 2011

## FOLHA DE S. PAULO

### OAB ameaça ir à Justiça contra 'estatização' da Fundação Sarney

**DE SÃO PAULO** - A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Maranhão ameaça questionar na Justiça projeto de lei que "estatiza" a Fundação José Sarney, sustentando que ele pode ser inconstitucional.

A proposta, encaminhada ao Legislativo pela governadora Roseana Sarney (PMDB), foi aprovada anteontem pela Assembleia mas até ontem não havia sido sancionada.

Hoje, a Fundação José Sarney, em São Luís, é uma entidade privada, que reúne textos, livros e obras de arte do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), pai de Roseana.

O texto aprovado na Assembleia cria a Fundação da Memória Republicana Brasileira, um órgão público, que irá receber como doação todo o acer-

vo e bens da fundação, que será extinta.

Conselheiros da OAB-MA estão discutindo "aparentes inconstitucionalidades" da proposta e a apresentação de possível ação (ação de inconstitucionalidade) será tratada na próxima quinta-feira.

Segundo o presidente da ordem, Mário de Andrade Macieira, numa análise inicial, o projeto cria uma espécie de "poder de veto" da família Sarney sobre a fundação e limita a ação do Poder Legislativo.

Sarney será o patrono da nova fundação, com direito a indicar 2 dos 11 conselheiros.

Derrotados pela maioria na Assembleia, deputados de oposição também querem questionar na Justiça a constitucionalidade do projeto.

21 OUT 2011

# FOLHA DE S. PAULO

## PF faz operação em Alagoas contra fraude na restituição de IR

Suposto esquema desviava dinheiro da folha de pagamento do Tribunal de Contas

A Polícia Federal fez ontem uma operação para desbaratar um suposto esquema de desvio de dinheiro público na folha de pagamentos do Tribunal de Contas de Alagoas. O órgão é responsável pela fiscalização dos gastos públicos no Estado.

Agentes da PF e da Força Nacional de Segurança cumpriram três mandados de prisão e 12 de buscas de documentos e computadores em Maceió e em duas cidades no interior de Alagoas.

O juiz federal Sérgio Wanderley de Mendonça, da 2ª Vara Federal em Alagoas, deu prazo de 48 horas para que o Tribunal de Contas do Estado entregue à PF as fichas cadastrais e financeiras dos servidores do tribunal.

Investigações feitas pela Receita Federal conjuntamente com a PF encontraram nomes de pessoas já mortas que recebiam salários do TCE.

A estimativa é que o esquema tenha desviado até R\$ 100 milhões nos últimos seis anos.

Investigações apontaram também que descontos de Imposto de Renda de servidores informados à Receita tinham valores acima do que eram

praticados efetivamente.

Com isso, as restituições a que os servidores tinham direito eram mais altas.

A diferença nos valores era, segundo a PF, indevidamente apropriada por integrantes do esquema.

### HARAS E ACADEMIA

No cumprimento dos mandados de buscas, os agentes encontraram duas armas de fogo e pássaros silvestres em cativeiro, que foram apreendidos e enviados ao Ibama.

Há a suspeita de que parte do dinheiro supostamente desviado tenha sido utilizada em um haras, para criação de cavalos de raça, com o objetivo de lavar o dinheiro. A operação foi batizada de Rodoleiro, referência a um carapato que infesta cavalos.

Outra parte do dinheiro foi usada para a instalação de uma academia de ginástica na orla de Maceió, também para "legalizar" o dinheiro.

A assessoria de imprensa do TCE informou que o presidente Luiz Eustáquio Toledo estava ontem em Belo Horizonte, onde recebia uma homenagem, e não comentaria a operação. Hoje ele deve divulgar uma nota sobre a investigação.

21 OUT 2011

FOLHA DE S. PAULO

# OAB adia para 2012 limites de atuação de estrangeiros

Instituição daria parecer sobre associação de bancas de advogados com brasileiras este mês, mas debate segue

**Brasil não abrirá mercado de advocacia como Europa e EUA, afirma presidente da instituição nacional**

**CAROLINA MATOS**  
ENVIADA ESPECIAL A BRASÍLIA

A OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) adiou para março de 2012 a decisão sobre ampliar ou não as restrições aos escritórios de advocacia estrangeiros no país.

São bancas que atuam no setor corporativo, principalmente em operações como fusões e aquisições.

O foco do debate está nos escritórios de fora associados a brasileiros para prestar, aqui, consultoria em direito de seus países de origem.

“Não conseguimos conciliar a agenda com a complexidade do tema. Queremos promover uma audiência pública em fevereiro e emitir o parecer em março”, disse à Folha Ophir Cavalcante, presidente da OAB nacional. “Precisamos deixar claras as regras para a atuação estrangeira, estabelecendo limite do que são associações legais e como será a fiscalização.”

Segundo ele, apesar da pressão estrangeira, o Brasil

## ESTRANGEIROS NO BRASIL

Faturamento global\*  
dos escritórios  
Em US\$ bilhões, por ano

DLA PIPER

2,0

LINKLATERS

1,8

MAYER BROWN

1,1

\*Estimativa  
Fontes: mercado e escritórios

não abrirá o mercado. “Não seguiremos o caminho de França, Espanha ou Inglaterra, que acaba de aprovar a abertura de capital de escritórios em Bolsa. Torna a profissão um comércio. Mas também não faremos como a Índia, que proibiu qualquer atuação de estrangeiros.”

A discussão se intensificou à medida que grandes bancas de fora, em busca de mercado, aumentaram sua presença após a crise de 2008.

Há pelo menos 17 escritórios estrangeiros no Brasil, associados ou não a bancas

locais. Dez vieram nos últimos três anos. Embora poucos no país, que tem cerca de 10 mil bancas com 700 mil advogados, os principais escritórios de fora faturam alto com suas operações globais, acima de US\$ 1 bilhão anuais cada. Estima-se que a banca brasileira que mais fatura não supere R\$ 250 milhões por ano.

## SÓ CONSULTORIA

Pelas regras atuais, advogados estrangeiros, sejam de escritórios independentes ou associados a locais, só podem atuar no Brasil como consultores em legislação de seus países de origem.

Essa é uma restrição comum no exterior. E, no mercado doméstico, só é retirada se o profissional obtiver equivalência do diploma e aprovação no exame da OAB.

O país também proíbe a sociedade com escritórios de fora com gestão de receitas e despesas compartilhada.

EUA, Inglaterra, Alemanha e Chile permitem os escritórios estrangeiros para assessoria em direito doméstico, desde que com advogados locais. Argumento a favor da restrição é que associações podem camuflar aquisições de escritórios locais por bancas do exterior.



21 OUT 2011

## FOLHA DE S. PAULO

# Com placar favorável a casamento gay, STJ suspende votação

Após 4 votos a 0, pedido de vista do último ministro adiou conclusão do julgamento; decisão criará orientação para juízes

Com o placar de 4 votos favoráveis a 0 e faltando apenas o último voto, a 4ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) interrompeu ontem o julgamento da ação que pede autorização para o casamento civil entre duas mulheres.

O resultado só não pode ainda ser considerado definitivo porque, apesar de improvável, os ministros que já votaram podem alterar seus posicionamentos. Não há prazo para a volta do julgamento.

Se o placar se mantiver, o resultado representará a jurisprudência do tribunal e importante orientação para juízes brasileiros, que vêm decidindo de forma desencontrada. A decisão não será, porém, de seguimento obrigatório.

O relator do caso, Luís Felipe Salomão, e os três ministros que o seguiram entenderam que se estende ao casamento o posicionamento do STF (Supremo Tribunal Federal) que igualou as uniões homoafetivas às heterossexuais em maio.

Para Salomão, não há restrição na lei que impeça a aceitação do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Segundo ele, o julgamento no STF sinalizou que o entendimento poderia ser extrapolado para além das uniões estáveis.

O relator sustentou que o STJ tem competência para definir a questão e citou o escape do Legislativo do debate.

“Enquanto o Congresso não assume, explicitamente, sua coparticipação nesse processo constitucional de defesa e proteção dos socialmente vulneráveis, não pode o Judiciário demitir-se desse mister.”

A ministra Isabel Gallotti acompanhou o relator e disse ser necessário expandir o entendimento do STF pelo qual a menção a “homem e mulher” na Constituição, quando trata da união estável, não exclui uniões de pessoas do mesmo sexo. “A referência a ‘homem e mulher’ em artigos do Código Civil não pode ser interpretada com essa restrição, afirmada inconstitucional pelo STF.” Votaram nessa linha os ministros Raul Araújo e Antonio Carlos Ferreira.

O julgamento foi suspenso por um pedido de vista do Marco Buzzi, último a votar.

### KÁTIA E LETÍCIA

A ação analisada pelo STJ é um pedido de habilitação para casamento civil (primeira etapa no processo formal do casamento) de Kátia Ozório, 38, e Letícia Perez, 37. Elas tiveram essa solicitação negada por um juiz de Porto Alegre e pelo Tribunal de Justiça do Estado — decisões tomadas antes do julgamento do STF.

Ozório e Perez acompanharam a votação ontem no tribunal e se disseram satisfeitas.

Para Maria Berenice Dias, principal especialista em direito homoafetivo no país, o resultado até o momento é uma grande vitória. “O STJ chancelou, mais uma vez, a decisão do Supremo”.

Procurada, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) disse que mantém a posição manifestada após a decisão do Supremo. À época, afirmou que as uniões homoafetivas não podem ser equiparadas à família, sob risco de descharacterizar sua identidade e pôr em risco sua estabilidade.

**Se o STF estabeleceu que a menção a ‘homem e mulher’ no artigo 226 da Constituição [reconhece a união estável entre homem e mulher] não excluiu da abrangência do instituto da união estável as uniões entre pessoas do mesmo sexo**

ISABEL GALLOTTI  
ministra

**“O mesmo raciocínio utilizado para conceder aos pares homoafetivos os direitos decorrentes da união estável, deve ser utilizado para lhes franquear a via do casamento civil**

LUÍS FELIPE SALOMÃO  
ministro



# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

21 OUT 2011

## TORRE DE BABEL

A Bradespar (Bradesco) contratou o advogado Saulo Ramos e pedirá nos próximos dias à Justiça a anulação da arbitragem que permite a Daniel Dantas, do Opportunity, aumentar sua participação na Valepar, que controla a Vale. Alega que o árbitro francês Yves Derains não fala português direito e não conhece o sistema jurídico brasileiro para tomar decisão tão importante.

### TORRE 2

“Ele [Derains] proferiu sua sentença do alto da Torre Eiffel”, diz Ramos. O advogado Francisco Müssnich, que defende a manutenção da arbitragem do francês, não foi encontrado até o fechamento da coluna para comentar.

### TORRE 3

Os adversários de Dantas já tinham entrado com ação pedindo produção antecipada de provas para mostrar que Derains não estava no Brasil quando proferiu a sentença. Decidiram se antecipar à conclusão do processo, já que o francês não pôde ser citado —ele vive em Paris.

### BALANÇA

A Justiça rejeitou queixa-crime de Ana Maria Braga contra quatro jornalistas da revista “Quem”. Ela queria reparação por uma reportagem que dizia que tinha “ficado” com Renato Zóia, seu instrutor na “Dança dos Famosos”, durante crise no casamento com Marcelo Frisoni. A juíza Aparecida Angélica Correia considerou que a matéria não tinha a finalidade de ofender a honra de Ana Maria. Ela vai recorrer.

## PAINEL DO LEITOR

### Corrupção

Em relação ao artigo “Abaixo a corrupção!” (Opinião, 16/10), de Eliane Cantanhêde, esclarecemos que a informação divulgada não condiz com a realidade.

Assim, informa-se aos leitores que vigora em favor do secretário João Rodrigues decisão do Superior Tribunal de Justiça que suspendeu os efeitos de decisão proferida pelo Egrégio Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Logo, não há que se falar em aplicação da Lei da Ficha Limpa (estadual e/ou federal) ao deputado e atual secretário da Agricultura e da Pesca de SC. Tanto assim o é que o mencionado secretário de Estado foi diplomado normalmente pela Câmara.

JORDANI PELISSER E MARLON CHARLES BERTOL, advogados do secretário da Agricultura de da Pesca de Santa Catarina (Florianópolis, SC)

RESPOSTA DA COLUNISTA ELIANE CANTANHÊDE - Conforme afirmam os missivistas, o secretário foi condenado por um colegiado, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, o que significa que é abrangido pela Lei da Ficha Limpa. Essa decisão está apenas suspensa, não anulada, como também admitem os autores da carta.

Não podemos aceitar como inevitáveis as cenas de guerra entre policiais, exército e moradores de comunidades vulneráveis a que assistimos diariamente pela mídia, assim como não é natural que grande parte da população sofra com falta de saneamento básico, vivendo em moradias precárias, em locais com poucos equipamentos de saúde, esportes e cultura, onde a violência e o tráfico de drogas denunciam a falta do Estado e de políticas públicas.

Não é normal que apenas 18,4% das crianças de zero a três anos tenham acesso à creche e que 25% das crianças de quatro a cinco anos estejam fora da educação infantil.

É inadmissível que somente 51% dos jovens de 15 a 17 anos curse o ensino médio. Ou ainda salas de aula fechadas por péssimas condições e Estados que não cumprem a lei do piso salarial dos professores, acordado em torno de R\$ 1.200.

Enfim, não podemos permitir a perpetuação das desigualdades educacionais evidenciadas pelos resultados pífios de escolas de territórios de alta vulnerabilidade social das grandes metrópoles e de escolas dos pequenos municípios rurais nas avaliações nacionais.

E o que nós, cidadãos, empresas e organizações podemos fazer? Devemos nos unir para pressionar nossos governantes, para que façam valer o direito a uma educação de qualidade para todos.

Soluções isoladas não apresentam resultados efetivos e ainda aumentam as desigualdades, caso das empresas que investem na capacitação de seus funcionários como resposta ao "apagão da mão de obra" ou que abrem escolas de excelência para poucos afortunados.

Não é aceitável que tenhamos escolas boas para a classe média alta e escolas ruins para as crianças pobres. A educação de qualidade ainda é vista como privilégio de poucos. É natural querermos o melhor para os nossos filhos. Entretanto, se não reivindicarmos melhores escolas para todos, aumentaremos ainda mais o fosso da desigualdade na nossa sociedade.

Como parte dos países emergentes, o Brasil finalmente tem voz. No entanto, ainda não mostramos a que viemos e como podemos fazer a diferença e influenciar o mundo.

Muitos apontam que essa influência se dará pela riqueza da nossa biodiversidade e pela possibilidade de mostrarmos saídas para uma sociedade sustentável. Ou, ainda, pela nossa miscigenação, capacidade de articulação e diálogo para alcançar consensos e lidar com o diferen-

## MARIA ALICE SETUBAL Até quando vamos tolerar desigualdades?



**Temos a chance de fazer a revolução educacional que a sociedade demanda, mas para isso precisamos superar a aceitação das desigualdades**

te e, finalmente, nossa alegria e criatividade, dimensões cada vez mais valorizadas no mundo contemporâneo. Nesse cenário, a educação tem um papel primordial.

Priorizar a educação é nos indignarmos com o fato de não garantirmos ainda que nossas crianças e jovens tenham uma aprendizagem adequada. É incorporarmos de forma radical, como fizeram Xangai, Finlândia e Canadá, primeiros colocados nas avaliações educacionais internacionais, o direito de cada um e de todos a uma educação de qualidade e que responda aos desafios do século 21.

Para isso são necessários professores bem formados e comprometidos e, sobretudo, gestores que desenhem políticas e deem as condições necessárias para que as escolas possam cumprir suas metas.

Obviamente, isso exige recursos para a qualidade das instalações, dos profissionais e dos materiais didáticos. Temos a chance de fazer a revolução educacional que a sociedade brasileira demanda, e temos valores que podem viabilizar um modelo educacional consistente com o mundo contemporâneo.

O que precisamos é superar a aceitação das desigualdades, nos unirmos na indignação e fazermos valer o direito de todos a uma escola pública de qualidade.

MARIA ALICE SETUBAL, doutora em psicologia da educação pela PUC-SP, é presidente dos conselhos do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, da Fundação Tide Setubal e do IDS - Instituto Democracia e Sustentabilidade.

21 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Inquérito contra Barbosa vai ao TRF

Desembargador do TJ

entende que esfera estadual  
não é competente para  
julgar caso Atlântico

O desembargador Lídio Rotoli de Macedo, da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, acatou parecer do Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ) e determinou a remessa do inquérito para apurar eventuais crimes de corrupção e desvio de dinheiro supostamente praticados pelo prefeito de Londrina Barbosa Neto (PDT) ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), com sede em Porto Alegre. Segundo o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) de Londrina, Barbosa e a primeira-dama, Ana Laura Lino, teriam recebido propina para garantir a contratação do Instituto Atlântico para executar programas de Saúde na cidade.

A competência, no entendimento do promotor de Justiça Samir Barouki, designado para o caso pelo procurador-geral de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior, é da Justiça Federal porque os recursos são, na maioria, do governo federal, e, como Barbosa tem foro privilegiado por ser prefeito, o órgão julgador deve ser um tribunal.

“As investigações foram encetadas em face do possível envolvimento do Prefeito

Municipal de Londrina, Homero Barbosa Neto, em esquema criminoso envolvendo repasses de recursos oriundos do Governo Federal através do Fundo Nacional de Saúde. Referidas verbas eram repassadas ao Fundo Municipal de Saúde, cuja fiscalização era subordinada unicamente à União, sem englobar qualquer verba geral do Município de Londrina”, escreveu o desembargador em seu despacho, publicado ontem.

Rotoli de Macedo já havia decidido a questão da competência de maneira incidental em recursos de habeas corpus protocolados por réus presos durante a Operação Antissepsia, que desbaratou a suposta quadrilha articulada no Instituto Atlântico e também no Gálatas, outra Oscip que prestava serviços na área da Saúde. Nestas ações, ele havia mantido a competência da Justiça Estadual. Ontem o coordenador do Gaeco em Londrina, Cláudio Esteves, não foi localizado, mas em entrevista anterior afirmou ser categoricamente contrário ao encaminhamento do inquérito à Justiça Federal.



21 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Curitiba pode ficar sem biometria em 2012

Faltando menos de 85 dias para o prazo final, pouco mais de 50% dos eleitores fizeram o recadastramento

**Luciana Cristo**  
*Equipe da Folha*

**Curitiba** - Se pelo menos 80% dos eleitores de Curitiba não fizerem o recadastramento biométrico - que permite o voto nas urnas por meio das impressões digitais - até janeiro de 2012, a capital do Estado corre o risco de não receber o sistema de biometria para a votação nas eleições municipais do ano que vem. A cidade é a única do Paraná a testar o novo sistema já nas próximas eleições.

A expectativa em cima de Curitiba é grande porque a cidade é considerada um "termômetro" para avaliar a adesão ao novo sistema. Até agora, Curitiba é, entre essas cidades, a que mais está avançada no recadastramento. Mesmo assim, longe do ideal. Faltando menos de 85 dias para o prazo final (que não será prorrogado), pouco mais de 52% dos 1,3 milhão de eleitores compareceram até a sede do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná para o recadastramento. "Se Curitiba não conseguir cumprir a meta, dificilmente as outras cidades conseguirão", avalia o presidente do TRE, Irajá Prestes Mattar.

O número cresce de forma lenta, mesmo com as facilidades oferecidas: a Central de Atendimento ao Eleitor está abrindo aos finais de semana

e feriados. "A margem está preocupante. É um absurdo deixar tudo para a última hora. Vai acontecer o que não queríamos: filas enormes e corremos o risco de sermos comparados ao INSS", alerta Prestes Mattar. Para tentar chamar aqueles que ainda não passaram pelo procedimento - que dura, no máximo, dez minutos - o TRE tem feito campanha massiva nos meios de comunicação, propagandas nos pontos de ônibus e vai convocar os eleitores pelos Correios. "Um carro de som - no estilo carro do sonho ou da pamonha - vai percorrer bairros mais afastados anunciando o recadastramento e um ônibus vai chamar a população para ajudar no agendamento", conta o presidente do TRE.

Prestes Mattar também cobra empenho dos políticos para ajudar na mobilização dos eleitores. "Os vereadores se comprometeram a vir aqui em grupo e até agora nada. Se ficarem 100 mil eleitores sem o recadastramento, serão 100 mil votos que os políticos vão perder", cobra ele, uma vez que quem não fizer o recadastramento até o prazo terá o título de eleitor cancelado. Para ajudar a receber os eleitores no período do fim do ano, 80 servidores do governo estadual e outros 100 do Exército devem reforçar o contingente de 750 funcionários do TRE, que afirma ter capacidade para atender até 12 mil eleitores diariamente.

Tão logo acabe a eleição de 2012, o TRE planeja começar o recadastramento biométrico nas maiores cidades do interior do Paraná: Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu. Dessa forma, os eleitores dessas cidades poderão votar pelo novo sistema nas eleições majoritárias de 2014. A ideia do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) é incluir todos os municípios brasileiros no novo sistema até 2018.

O TRE estima que as eleições do ano que vem custarão R\$ 20 milhões para a preparação do pleito. O valor oficial será confirmado pelo TSE no início do ano que vem. As eleições de 2010 tiveram custo total de R\$ 17 milhões.

# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

### **Presidente do TRE cobra Lei da Ficha Limpa**

Curitiba - O presidente do TRE defende a aplicação da Lei da Ficha Limpa a partir de 2012. O caso depende de julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) e está parado até que a presidente Dilma Rousseff (PT) escolha um novo nome para compor a corte. A vaga está ociosa desde agosto, quando a ministra Ellen Gracie se aposentou. "Estamos aguardando a nomeação. Não nos interessa se será homem ou mulher. Havia o princípio da anterioridade. E, para o ano que vem, tem que valer. Vamos parar com essa brincadeira. Em

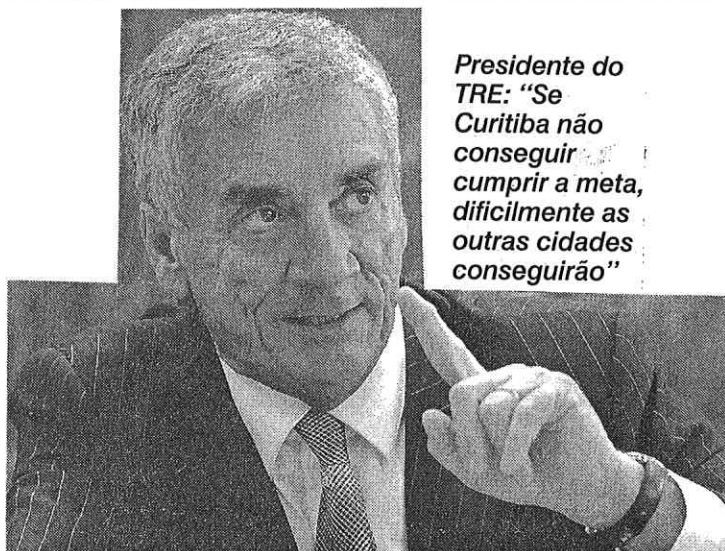
todos os casos julgados pelo TRE, a validade da Ficha Limpa foi unânime".

Sobre o voto impresso, assim como a maior parte dos juízes eleitorais, tanto Prestes Mattar quanto o diretor-geral do TRE, Ivan Gradowski, se posicionaram favorável à decisão do STF (de anteontem) que enterrou a proposta de voto impresso, ou seja, que o eleitor saísse com um comprovante da votação. A decisão foi tomada levando em conta que o comprovante poderia colocar em risco o sigilo do voto. Do outro lado, os defensores do voto impresso dizem que justamente a não comprovação pode ser um risco maior, já que não há a possibilidade de recontagem de votos por outros meios. "Seria um retrocesso brutal que acarretaria o tér-

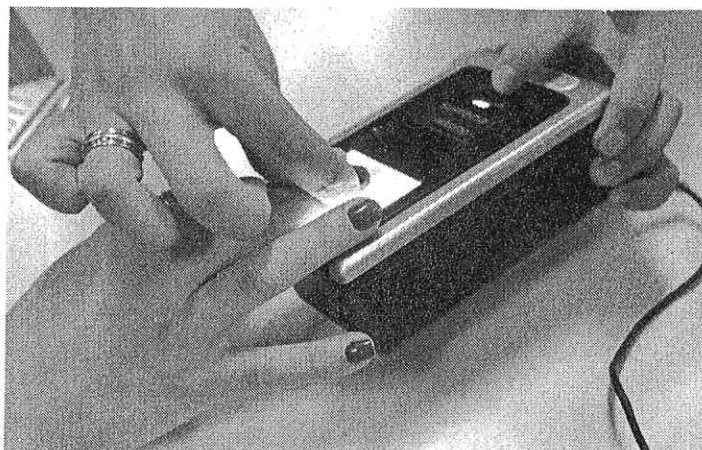
mino da urna eletrônica", declarou Gradowski.

Em relação às pesquisas eleitorais, o presidente do TRE evitou se comprometer sobre o posicionamento do tribunal a partir de 2012. No ano passado, uma grande polêmica se formou em torno do TRE, que aceitou diversos pedidos de impugnação das sondagens, principalmente para governador, na reta final da disputa. "Mantivemos a mesma linha. Já defendi o posicionamento do TRE em outras cidades. Um dos últimos exemplos claros dessa influência das pesquisas foi a diferença de Gustavo Fruet para Roberto Requião na disputa pelo Senado. As pesquisas indicavam cinco vezes mais votos para Requião e a diferença foi mínima", resumiu ele. (L.C.)

27 OUT 2011



**Presidente do TRE: "Se Curitiba não conseguir cumprir a meta, dificilmente as outras cidades conseguirão"**

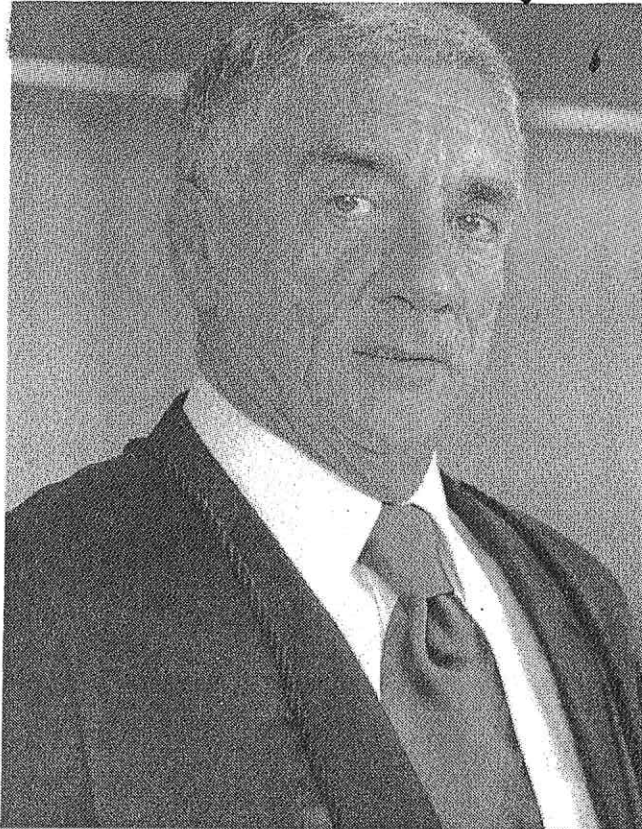


**Sistema de voto por impressões digitais deve chegar no final do próximo ano em outras cidades do Paraná**



# FOLHA DE LONDRINA

## MILITÃO 21 OUT 2011



### **Novo Fórum Eleitoral**

Com a presença do desembargador Irajá Romeo Hilgenberg Prestes Mattar, na foto, presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, será inaugurado hoje, às 19h30, o novo Fórum Eleitoral em Londrina que terá como titular a juíza Zilda Romero, que é muito estimada na cidade. O desembargador Irajá formou-se em Direito pela USP em 1968. Ingressou na magistratura, em 1970, como juiz substituto, na seção judiciária de Londrina. Desde 94 no Tribunal de Justiça do Estado, passou em abril de 2009 a integrar o TRE. Ficará na presidência do órgão, para o qual foi eleito, até 1º de fevereiro do próximo ano. Após a inauguração, haverá jantar, por adesão, no Buffet Planalto, às 20h30.

# FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO 21 OUT 2011



## **Nova Cidadã Honorária**

A juíza titular da 1ª Vara Criminal de Londrina e diretora do Tribunal do Júri, a dinâmica Elizabeth Khater, é a mais nova Cidadã Honorária da cidade. Ela está na foto com os vereadores Sandra Graça (autora do projeto) e o professor Rony Alves, durante a entrega do diploma na Câmara Municipal. Em todas as comarcas onde trabalhou, Elizabeth Khater foi homenageada desde 1986. Atualmente, ela é também a responsável pela atualização da pauta do Tribunal do Júri londrinense.

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Cassação Bernardo Carli 1

21 OUT 2011

O presidente da Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Valdir Rossoni (PDSB), criticou o Ministério Público Eleitoral (MPE), que na última quarta-feira pediu que a substituição da vaga do deputado Bernardo Ribas Carli (PSDB) seja cumprida "imediatamente". "Todos sabemos que cabe recurso ao pedido de cassação. Não cabe ao Ministério Público fixar prazos. É preciso respeitar os Poderes. Vou cumprir os prazos. Não será o MP que determinará o dia que o novo deputado vai assumir", respondeu. Bernardo Carli foi cassado durante sessão de julgamento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná na última quarta-feira. Bernardo Carli é acusado de "caixa dois" durante a campanha do ano passado. O suplente que pode assumir a vaga é Antonio Carlos Salles Belinati (PP), diretor comercial da Sanepar e filho do ex-prefeito de Londrina Antonio Belinati.

### Cassação Bernardo Carli 2

Ontem, Bernardo Carli emitiu uma nota oficial sobre a cassação na qual diz que ainda não foi notificado sobre a decisão, mas que já acionou a sua assessoria jurídica para que sejam tomadas "todas as medidas judiciais cabíveis". "O deputado acredita na imparcialidade da Justiça e que possa continuar exercendo seu mandato trabalhando pelos cidadãos paranaenses aos quais representa", diz a nota.

**MAZZA**

### Execução

O TRE está exigindo a cassação imediata do deputado Bernardo Carli alegando que não cabe qualquer recurso. Sai Carli, guarapuavano, entra Belinati, londrinense. É a genealogia da terra mais uma vez se impondo.

### Choque

O deputado Valdir Rossoni quase vai às vias de fato com o jornalista Renato Barrozo no restaurante Vindouro semana passada. A turma do "deixa disso" interveio, mas o mal estar permaneceu.

### Alistamento

**MAZZA**

O alistamento (biométrico) eleitoral levou o TRE a forçar a barra: vai usar os recursos possíveis para chegar aos 80% e pretende valer-se dos Correios para convocar o eleitor. Se não atingir aquele percentual a eleição se fará pelo método tradicional.

# FOLHA DE LONDRINA

**INFORME** 21 OUT 2011  
**Vereador perde cargo**

O Ministério Público (MP) do Paraná protocolou medida de cumprimento de sentença para que seja executada decisão que determinou o afastamento das funções públicas do vereador Celmo Albino Salvadori, ex-presidente da Câmara de Francisco Beltrão. A decisão, datada de março, é da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça (TJ) do Estado. O vereador foi condenado por ato de improbidade administrativa pela renovação, em 2001, de um contrato irregular de prestação de serviços de contabilidade firmado pela Casa. Além da perda da função pública, Salvadori teve os direitos políticos suspensos por cinco anos.

■ O promotor de Justiça da comarca, Eduardo Alfredo de Mello Simões Monteiro, explica que o processo já transitou em julgado, ou seja, não há mais como recorrer.

**CLÁUDIO HUMBERTO**  
**PODER SEM PUDOR**

## **Porqueira de advogado**

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, é conhecida pela simpatia e a espontaneidade. Ela fazia uma conferência em Brasília, certa vez, quando, bem humorada, lembrou do ex-aluno que queria ser advogado para ganhar dinheiro e conhecer Miami. "O porqueira não conhece Mariana e queria ir para Miami!", exclamou com graça, arrancando risadas da plateia.

## **CARTA** **Reforma do Código Penal**

Quero publicamente manifestar meu apoio ao projeto de lei do senador Reditário Cassol, de Roraima, e também cobrar dos políticos que ajudei a eleger uma manifestação no mesmo sentido. Aos demais políticos de nossa região e do Estado em quem não votei quero pedir o apoio. Se cada um de nós cobrar seus eleitos mais próximos e esses levarem ao escalão superior do Legislativo o pleito, com certeza, iremos conseguir a aprovação. Não me venham com a história de que o projeto precisa de alterações pois é muito melhor aprovar assim como ele está e depois ir fazendo modificações do que ficar durante vários anos discutindo e não mudar nada. Esse projeto representa um clamor popular, vamos apoiar. Parabéns ao senador, espero que não se esqueça da maioria penal, da punição aos viciados e do controle de natalidade, tudo isso junto é que está gerando o aumento na criminalidade.

PAULO MAURICIO ACQUAROLE (gerente de negócios) - Londrina

# FOLHA DE LONDRINA

## Incentivo para empregar presos

21 OUT 2011



Marcia Costa, juíza da VEP, e Maria Tereza Gomes, secretária de Justiça: fortalecer ações

### Movimento Mãos Amigas tem como objetivo sensibilizar empresários a disponibilizarem vagas de trabalho

Nas instalações da Penitenciária Estadual de Londrina (PEL II) são confeccionadas cerca de 10 mil pastas ao mês, através do trabalho de 20 detentos. Essa ideia de empregar aqueles que cumprem pena funciona há dois anos, por iniciativa de uma indústria local de pastas, catálogos e louças.

"Hoje, vemos como é importante fortalecer ações que dizem respeito ao emprego de presos. Percebemos que muitos estão arrependidos pelo crime que cometeram e demonstram vontade de se reerguer", diz o gerente da Incorpast, Rossine dos San-

tos Pacheco Andrade. Além dessa oportunidade, a empresa já contratou três egressos (aqueles que saíram em liberdade) para trabalharem na sede da indústria.

Andrade é um dos empresários que estiveram presentes na Vara de Execuções Penais (VEP) de Londrina, ontem pela manhã, participando do lançamento do Movimento Mãos Amigas, que tem como objetivo sensibilizar empresários do município e região, no sentido de disponibilizar vagas de trabalho para os presos em regimes semi-aberto, aberto e egressos.

"A VEP junto com a Corregedoria dos Presídios iniciou o movimento em continuação ao Programa do Conselho Nacional de Justiça, para interagir a sociedade com a questão e quebrar o estigma existente em relação à população carcerária", diz a juíza titular da VEP, Márcia Guimarães Marques da Costa.

De acordo com ela, existem hoje em Londrina cerca de 2,5 mil presos e muitos deles estão empregados

através das empresas instaladas dentro das unidades penitenciárias. "Essas empresas têm incentivos fiscais. As que estão instaladas nas unidades pagam para o preso parte de um salário mínimo e 25% ficam dentro da unidade, mas elas não têm encargos fiscais, então isso é um grande estímulo", afirma.

A VEP também pretende criar uma bolsa de emprego, pois acredita que só assim, com o preso empregado, os índices de reincidência criminal cairão.

"A ideia é fazer um chamado para que os empresários procurem a Vara de Execuções Penais, cadastrem a sua empresa ou entidade para dar emprego aos apenados. Entendemos que a questão da segurança pública é mais complexa. Não basta apenas o policiamento ostensivo e preventivo nas ruas. Nós temos que nos preocupar com aqueles que erraram, estão cumprindo pena, mas que daqui a pouco estarão em liberdade

CONTINUA



# FOLHA DE LONDRINA

## CONTINUAÇÃO

# 21 OUT 2011

e precisarão ter uma oportunidade de trabalho, sob pena de voltar o ciclo da violência”, ressalta a secretária de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), Maria Tereza Uille Gomes.

Segundo ela, através da conscientização do empresariado, seja do comércio ou da indústria, será possível desmistificar a questão de que o condenado não pode ser reinserido. “Nossa meta é ter

100% dos presos estudando e trabalhando até o final da gestão. Para isso, temos que valorizar os

bons exemplos, fazendo com que o empresariado quebre a resistência e entendam que isso é possível”, salienta.

O nome e a logomarca do Movimento Mãos Amigas sugerido pelos próprios presos que participaram da escolha por meio de uma consulta feita nas três Unidades Prisionais de Londrina - PEL, PEL II e CCL.

A Câmara Municipal está apoiando o movimento, através do Projeto de Lei “Amigos da Sociedade Londrinense”, em que pessoas jurídicas que contratarem egressos e sentenciados acautelados receberão um certificado de reconhecimento, no mês de dezembro.

### Clínicas públicas

Também foi formalizado à secretária o pedido de clínicas públicas para tratamento de dependentes químicos e usuários de drogas. A juíza da Vara de Execuções Penais (VEP), Márcia Costa, explicou que a maioria dos presos entra para a criminalidade através da droga. “Eles começam com pequenos furtos e tendem a aumentar esses crimes. Por isso, pedimos junto ao governo do Estado a instalação de clínicas públicas com tratamento ambulatorial e internamento”, justificou.

Maria Tereza ressaltou que a secretaria de Estado da Saúde já trabalha com a ideia da construção de unidades de internação para casos graves de drogadição e a secretaria da Justiça está trabalhando na construção de um modelo, buscando consórcios municipais que tenham interesse em residências/abrigo.

“É uma nova legislação aprovada pela Anvisa e que não engloba necessariamente só a área de saúde, mas também pessoas voluntárias que tenham interesse em formar consórcios municipais e que possam contribuir na questão de drogadição”, afirmou.

***‘Temos que  
valorizar  
os bons  
exemplos’***

21 OUT 2011

FOLHA DE LONDRINA

# Segurança pública e sensação de impunidade

**A** segurança pública – ou a falta dela – ainda preocupa os brasileiros. Pesquisa CNI-Ibope Retratos da Sociedade Brasileira: Segurança Pública aponta que 51% da população consideram a questão “ruim” ou “péssima”; outros 36% consideraram regular. O cenário ainda se revela mais drástico se considerarmos que para 37% dos entrevistados a segurança piorou nos últimos três anos, enquanto que para 47% a situação permanece do mesmo jeito.

A questão da segurança é muito mais complexa. Além dos casos diários relatados pela imprensa, o que ajuda a fomentar este cenário é a sensação de impunidade. E isto em todas as esferas, desde as ocorrências praticadas por menores de idade, passando pelos crimes hediondos, acidentes de trânsito a escândalos de corrupção. O excesso de recursos, “brechas” nas leis e redução do cumprimento das penas acabam por corroborar o panorama e fortalecer a “sensação de impunidade”.

Tanto que 86% dos entrevistados disseram concordar total ou parcialmente com a possibilidade de punir como um adulto o

adolescente a partir dos 16 anos. O percentual sobe quando se fala de crimes violentos e hediondos: 91% concordam que os adolescentes que cometem esse tipo de crime devem ser punidos como adultos. A percepção da sociedade é clara: a respon-

sabilização penal apenas a partir dos 18 anos incentiva a participação de menores de idade nos crimes.

E, neste caso, a discussão não deve ficar apenas na redução da maioridade penal. É preciso abordar o assunto de forma mais ampla e, assim, o início sempre cairá sobre a educação, problema também citado pelos brasileiros atrás da saúde (52%), segurança pública (33%) e drogas (29%).

Indiscutivelmente faltam políticas educacionais, principalmente para a população carente. Não basta apenas a distribuição de bolsas sociais, que estimulam as crianças a frequentarem as escolas. É preciso investir também em ações de contraturno escolar, com aulas de reforço, além de atividades culturais e esportivas. Se crianças e adolescentes tiverem outras oportunidades, certamente, o “mundo do crime” será menos sedutor.

**O excesso de recursos, ‘brechas’ nas leis e redução do cumprimento das penas acabam por fortalecer a ‘sensação de impunidade’**

21 OUT 2011

## FOLHA DE LONDRINA

# Com placar favorável, julgamento sobre união gay é interrompido

**Brasília** - Com placar de 4 a 0 a favor e faltando apenas o quinto voto, a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu, na tarde de ontem, o julgamento de uma ação que pede autorização para o casamento civil entre duas mulheres.

Após quatro votos favoráveis, o último a votar, ministro Marco Buzzi, fez um pedido de vista. Não há prazo para a finalização do julgamento. Apesar de pouco provável, existe a possibilidade de que os ministros que já votaram alterem os votos proferidos.

O caso que chegou ao STJ é o de duas gaúchas, que pedem a habilitação do casamento - primeira etapa no processo para o casamento direto, em que não há união estável anterior.

O relator da ação, ministro Luís Felipe Salomão, e os três ministros que o acompanharam, entenderam que o raciocínio abraçado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao igualar, em maio, as relações homoafetivas às heterossexuais deve ser estendido ao casamento civil.

Kátia Ozório e Letícia Perez, o casal gaúcho cujo caso foi analisado, tiveram negada a habilitação para o casamento na 1ª instância e no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. As duas acompanharam, no STJ, o julgamento de ontem.

## O inimaginável fim do CNJ

Imagine um Tribunal de Justiça em que 9 dos 12 desembargadores são suspeitos de envolvimento em crimes, dentre eles, relações com grupos de extermínio.

Imagine um pistoleiro que, acuado pela lei, resolveu dar um nó no sistema e conseguiu ingressar na magistratura.

Imagine outros juízes que usam o poder do cargo para grilar terras e ganhar milhões revertendo decisões sobre pagamentos de precatórios.

Parece roteiro de filme B norte-americano sobre uma república de bananas perdida no fim do mundo. Não é. Bem-vindo à realidade judiciária do Brasil.

O retrato é terrível, mas pode ficar pior. Todos esses casos (na maioria, sigilosos) estão sendo investigados neste momento pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Se serve de consolo, há um corpo externo que recebeu as informações e tem instrumentos para punir os envolvidos.

O problema é que, nos próximos dias, o CNJ pode perder grande parte de suas atribuições fiscalizadoras, caso o Supremo Tribunal Federal (STF) decida que as investigações devem ser conduzidas pelas corregedorias locais. O julgamento da ação, curiosamente movida pela Associação dos Magistrados do Brasil (AMB), está sendo protelado desde o mês passado. Cada dia de espera aumenta a fissura nas cortes pelo país afora.

Para a sociedade em geral que não é fluente em jurídiquês, a divisão é estranha. De um lado, estão os juízes que entendem que só um organismo independente tem capacidade efetiva de fiscalização. Do outro, os que defendem que a independência das decisões só existe sem interferência externa.

Claro que a bandeira defendida por essa segunda corrente pode ser facilmente traduzida para corporativismo. Refletindo bem, não é uma aberração que eles pensem assim. Afinal de contas, qual categoria não pensa?

O problema é que nenhum outro agrupamento social tem tanto poder quanto esse. O Judiciário é o pilar da civilidade e da democracia. O que não quer dizer que os juízes devem permanecer no Olimpo da inimizabilidade — eles precisam ficar justamente no lado contrário, na base.

Na última segunda-feira, durante debate em São Paulo, a corregedora do CNJ, Eliana Calmon, reiterou a declaração de que há “bandidos de toga”. Admitiu que carregou nas tintas, mas não voltou atrás. Ainda bem.

Graças à dureza das palavras da ministra, o Brasil do mundo real (aquele que fala português) parece enfim ter entendido a importância de debater o papel da Justiça. Criticar o Legislativo e o Executivo já era esporte nacional há décadas, agora a novidade é entender o que acontece nos tribunais.

Por trás da ideia de que é importante apenas a simbologia de que todos podem ir para a cadeia, a discussão sobre os poderes do CNJ é a chance de descortinar algo ainda mais profundo. Exemplo: ao longo dos mutirões carcerários promovidos pelo conselho nos últimos anos descobriu-se que 30 mil presos brasileiros deveriam estar soltos. Uma falha imperdoável.

O que está para valer na agenda são a qualidade do Judiciário e o seu papel em uma sociedade democrática em amadurecimento. Não apenas quem tem o direito de fiscalizar quem.

Assim fica mais fácil de explicar: imagine o nível de confiança das sentenças proferidas por um tribunal com três quartos dos desembargadores sob suspeita. Agora imagine essa mesma corte julgando seus membros. Sim, é inimaginável.

21 OUT 2011

# GAZETA DO POVO

ANDRÉ FOLLONI

## O trânsito, a educação e a incompetência

**Nossa incompetência, como cidadãos no trânsito, também se manifesta na nossa incompetência para organizar nosso aparato administrativo de fiscalização do trânsito**

**S**omos mal-educados e incompetentes, e o nosso trânsito é prova dessa afirmação. Se estamos a pé, corremos o risco permanente de sermos atropelados atravessando a rua, mesmo tendo a preferência, ou na calçada, porque o meio-fio não é capaz de segurar um automóvel desgovernado.

Se estamos no carro, não conseguimos mudar de uma pista para a outra, porque o motorista ao lado se sente ofendido com nossa intenção de entrar na sua frente. Em situações nas quais qualquer cidadão minimamente educado pisaria no freio, nós buzinaamos. Buzinaamos para xingar, reclamar, desabafar, dar bronca nos outros motoristas... Mas não saímos pela rua gritando com os outros se notamos que fizeram algo errado. Afinal, seria coisa de gente mal-educada, onde já se viu fazer escândalo por aí?

No trânsito somos, além de intolerantes, donos da verdade. Se alguém erra na nossa frente, merece a buzina. Claro que a buzina não incomoda só aquele miserável que me impediu a passagem: Incomoda também o comerciante que está ao lado; o pedestre da calçada de trás, que quase morre do coração achando que está para ser atropelado; o estudante no quinto andar do prédio vizinho, que não consegue se concentrar; e o empregado no décimo andar do prédio da frente, que não pode trabalhar em paz porque a buzina não permite. Hospitais, então? Azar de quem está internado.

Para nós, tudo isso é secundário — naqueles raros casos em que lembramos que existem terceiros. O importante é gritar com quem não conhecemos, no meio da rua, para todo mundo ver. O grito do ser humano é uma falta de educação. É feio gritar com os outros, aprendemos quando crianças. No carro, contudo, a educação não vale. O grito do carro é a buzina e ela está autorizada. Buzinar é infração de trânsito, mas a nossa infração não existe, só a do outro. O outro não é alguém digno de respeito, é um obstáculo a ser removido. A rua é nossa, não nos incomodem.

Tratamos o espaço público como se fosse privado. Falta educação para compreender, como se sabe desde a tradição grega, que aquilo que podemos fazer no ambiente privado não podemos repetir no ambiente público. Se eu quiser gritar no meu quarto fechado, sem problemas. Se somos mal-educados e, por isso, não conseguimos viver civilizadamente, somos incompetentes como cidadãos. Não temos a competência cidadã necessária para não enganarmos, não roubarmos no troco, não fazermos gato na rede elétrica, não comprarmos aparelho de tevê a cabo pirata, não roubarmos a vaga do deficiente. Enfim, para não aceitarmos que a nossa bênção é a desgraça alheia, naquele "se dar bem em cima do outro" que é tão próprio de todos nós.

E, de repente, o Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná decide que a Urbs não pode fiscalizar o trânsito. De uma hora para outra, não temos mais quem controle o trânsito que já é, por natureza, descontrolado. Começa-se a divulgar estatísticas de como o trânsito em Curitiba piorou nos últimos dias e como o nível de infrações está subindo. O discurso coloca a culpa, pelo caos do trânsito, no tribunal. Se pelo menos os desembargadores tivessem avisado, dado um período para que o município se adequasse, quem sabe a Urbs não poderia continuar multando por mais alguns meses? Não, não poderia.

**CONTINUA**



21 OUT 2011  
GAZETA DO POVO  
CONTINUAÇÃO

A decisão é correta e não é surpresa. Há anos não havia exemplo melhor de ferimento à moralidade administrativa, nos bancos das faculdades de direito da capital, do que a aplicação de multas de trânsito por uma empresa com participação de capital privado, ainda que mínima. Difícil achar exemplo mais fácil de uma inconstitucionalidade tão evidente. Provocado, o TJ não teve saída. Conseguiu o milagre de tentar não provocar a anulação das penalidades já aplicadas — o que, certamente, será contestado. Nossa incompetência, como cidadãos no trânsito, também se manifesta na nossa incompetência para organizar nosso aparato administrativo de fiscalização do trânsito. Nosso modelo foi anulado porque foi construído de forma incompetente. E agora não temos agentes competentes para nos punir por nossa incompetência. Somos incompetentes até para isto: para fiscalizarmos nossa própria incompetência!

**André Folloni**, doutor em Direito, é advogado e professor da PUCPR.

# GAZETA DO POVO

## JUDICIÁRIO



Pargendler: ministro abriu processo contra operação-padrão.

### Associação de juízes diz que manterá "operação-padrão"

A Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) afirmou, em nota, que manterá a "operação-padrão" apesar do processo administrativo instaurado quarta-feira pelo presidente do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Ari Pargendler. Para a entidade, nenhum juiz será punido na ação. "O direito de greve é garantido em todos os regimes democráticos e na Constituição Federal, vedado apenas em regimes ditatoriais. Juizes fizeram greve recentemente na Espanha e Portugal em defesa dos seus direitos", diz a associação.

Segundo a Ajufe, os juizes suspenderão até dezembro a publicação de citações e intimações de ações da Advocacia-Geral da União como forma de pressão por aumento de salário. Os juizes ainda criticaram as manifestações de entidades da advocacia pública contra o represamento dos processos.

"Com suas decisões, os juizes federais garantiram o direito de greve aos advogados da União, que paralisaram suas atividades diversas vezes nos últimos anos por aumento de salário, e agora questionam de forma incoerente e oportunista o legítimo direito constitucional dos magistrados."

#### Desconto

O CJF irá debater a questão na sessão do conselho na próxima segunda-feira. No primeiro semestre, o conselho aprovou proposta de Pargendler para descontar o subsídio dos magistrados que aderissem à paralisação de 27 de abril.

Oito presidentes de associações regionais de juizes assinaram, quarta-feira, um manifesto em apoio à paralisação. "A realização em conjunto com a magistratura do trabalho é uma iniciativa que visa a ampliar a repercussão do movimento, dando maior visibilidade às demandas da carreira, criando, assim, uma agenda positiva do Poder Judiciário junto aos demais Poderes", diz o manifesto.

#### Peluso

Também na quarta-feira, em carta enviada às corregedorias de todos os tribunais, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, criticou a greve. Segundo Peluso, tanto a greve quanto a "operação-padrão" em processos que envolvem a União são iniciativas inadequadas e trazem impactos negativos para a imagem da magistratura.

21 OUT 2011

# Baixa procura ameaça eleição biométrica em Curitiba

Após 7 meses, apenas 52% do eleitorado fez o recadastramento na capital. Se o índice não chegar a 80% até 20 de janeiro, a votação será da forma tradicional.

*Euclides Lucas Garcia*

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) está preocupado com o baixo comparecimento de eleitores para o recadastramento biométrico em Curitiba. Até agora, apenas 52% do eleitorado da capital já se recadastrou na sede do TRE, passados quase sete meses desde o início da biometria. Se o índice não atingir 80% até 20 de janeiro, a votação biométrica na eleição do ano que vem será cancelada e o modelo será o usado atualmente. Para evitar que isso aconteça, o tribunal anunciou ontem algumas medidas emergenciais e fez um apelo aos eleitores para que façam o recadastramento o quanto antes.

O procedimento permitirá o reconhecimento do eleitor por impressão digital e foto, dificultando fraudes.

Do 1,3 milhão de eleitores da capital, 678 mil fizeram o recadastramento até o último balanço divulgado pelo TRE. No entanto, há menos de três meses do fim do prazo para se recadastrar, 622 mil pessoas (48%) ainda não compareceram ao tribunal.

“Será uma vergonha se não conseguirmos atingir essa meta. Mas tenho certeza de que a alcançaremos”, afirmou o presidente do TRE, Irajá Prestes Mattar.

## RECADASTRAMENTO

21 OUT 2011

Mais de 1,3 milhão de eleitores de Curitiba terão de passar por um recadastramento no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para fazer o registro das digitais e possibilitar a implantação da eleição biométrica no ano que vem na capital. Veja como fazer isso:



### Documentos necessários

- Identidade oficial com foto (RG, carteira de trabalho e de habilitação ou certidão militar de reservista).
- Título eleitoral original.
- Comprovante de residência (conta de água ou luz, por exemplo, de no mínimo três meses e no máximo um ano a partir da data de apresentação).
- No caso do primeiro título, o eleitor terá de apresentar também um documento que contenha a informação sobre a nacionalidade, como certidão de nascimento.
- Levar o CPF dará agilidade ao atendimento, mas não é obrigatório.
- O eleitor não poderá levar cópias dos documentos, apenas os originais.



### Endereço e horário

Central de Atendimento ao Eleitor, situada na Rua João Parolin, 55 – Prado Velho, Curitiba.

O horário será das 8 horas às 18h30, de segunda a domingo.



### Data de atendimento

O prazo final para que todos os eleitores curitibanos compareçam ao TRE é 20 de janeiro. Quem não comparecer até essa data terá o título cancelado.



### Dúvidas

Site: [www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br) ou nos telefones 3330-8673 ou 3330-8674

Fonte: TRE

Infografia: Gazeta do Povo

Para evitar o cancelamento de títulos, o TRE, inclusive, voltou atrás e cancelou a obrigação de que eleitores nascidos em janeiro, fevereiro e março tivessem apenas até o fim deste mês para se recadastrar, sob pena de perder o documento. Além disso, o tribunal espalhará 200 cartazes em pontos de ônibus da cidade e carros de som pelas ruas alertando os eleitores sobre a obrigatoriedade da biometria; e também enviará correspondências pelo correio e mensagens de texto no celular

falando do fim do prazo para o recadastramento. Em média, o eleitor leva 7 minutos para se recadastrar, se tiver agendado a biometria pela internet; e 20 minutos, caso não tenha feito o agendamento.

O recadastramento biométrico é obrigatório para todas as pessoas que votam em Curitiba. O eleitor que não comparecer ao TRE até o dia 20 de janeiro de 2012 terá o título cancelado e não poderá votar na eleição municipal de 2012.

GAZETA DO POVO  
ADVOGADOS 21 OUT 2011

# Curitiba tem Conferência após 33 anos

Evento nacional de advogados ocorre em novembro. Quem se inscrever até 30 de outubro terá 50% de desconto

*Pollianna Milan*

Demorou 33 anos para que a Conferência Nacional dos Advogados retornasse a Curitiba. A 21.ª edição ocorre na capital paranaense entre os dias 20 e 24 de novembro e terá 114 palestrantes, entre personalidades do Direito e advogados mais novos que terão espaço para apresentar temas de pesquisa nas tribunas livres.

O evento ocorre a cada três anos e sua última edição foi em Natal (RN). Os temas principais a serem debatidos neste ano são a liberdade, a democracia e o meio ambiente. Na programação há

duas conferências magnas — uma de abertura e outra de encerramento — que serão proferidas respectivamente pelo advogado Dalmo Dallari e pelo advogado Luís Roberto Barroso. Haverá 20 painéis oficiais que tratarão de temas como direito político, segurança pública, direito de liberdade, direito à educação, direito administrativo, processo civil e penal, entre outros. As conferências especiais ocorrem paralelamente e tratam de temas mais específicos como a advocacia internacional, a agenda 21 e o processo eletrônico.

O evento irá debater as inovações do Código de Processo Civil, a reforma do Código de Processo Penal, a evolução das ferramentas tecnológicas e seu impacto nos processos judiciais, bem como a liberdade de expressão e as garantias do investigado, indiciado e réu.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

**DESTAQUES**

**CONTINUAÇÃO 21 OUT 2011**

Confira alguns palestrantes da 21ª Conferência Nacional dos Advogados, que será de 20 a 24 de novembro:



**Dalmo Dallari**

Advogado e professor da USP  
Fará a palestra de abertura do evento sobre "Liberdade, Democracia e Meio Ambiente".



**Francisco Rezek**

Advogado  
No painel **Direito de Propriedade**; falará das "Questões Controvertidas da Propriedade Intelectual".



**Roberto Gurgel**

Procurador-geral da República  
No painel sobre **Segurança Pública**, tratará do tema "Os Dilemas do Sistema Penitenciário Brasileiro".



**Maria Cristina Peduzzi**

Ministra do Tribunal Superior Eleitoral  
No painel **Direito Social do Trabalho**; explicará sobre "A Desconsideração da Personalidade Jurídica no Direito do Trabalho".



**Gilmar Mendes**

Ministro do Supremo Tribunal Federal  
No painel **Direito de Liberdade**; discorrerá sobre a "Inviolabilidade das Comunicações, Escutas Ambientais e Privacidade".



**Celso Antonio Bandeira de Mello**

Advogado e professor da PUCSP  
No painel **O problema da Eficácia dos Direitos Sociais**; discorrerá sobre "A Insuficiente Qualidade dos Serviços Públicos e os Direitos Sociais".



**Débora Diniz**

Antropóloga e documentarista  
No painel **Direito de Liberdade**; falará sobre "Liberdade Religiosa e Estado Laico".



**Roberto de Figueiredo Caldas**

Advogado e juiz ad hoc da Corte Interamericana de Direitos Humanos  
No painel **Dignidade e Direitos Humanos**; falará sobre "Dignidade e Obrigatoriedade das Decisões de Tribunais Internacionais".



**Ives Gandra Martins**

Advogado tributarista e professor universitário  
No painel **Direito Tributário**, conferirá palestra sobre "A importância de um Estatuto dos Direitos Fundamentais do Contribuinte".



**Arnold Wald**

Membro da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional  
No painel **A Nova Realidade do Exercício da Advocacia**; fará palestra sobre "A Atuação do Advogado na Mediação e Arbitragem".



**César Asfor Rocha**

Ministro do Superior Tribunal de Justiça  
No painel **Direito do Consumidor**, discorrerá sobre "A evolução da Jurisprudência de Defesa do Consumidor".



**Luís Roberto Barroso**

Advogado e professor da UERJ  
Fará a conferência de encerramento do evento com o tema "Democracia, Desenvolvimento e Dignidade Humana: uma agenda para os próximos dez anos".



**Eliana Calmon**

Corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)  
No painel **Judiciário, Ministério Público e Democracia** explicará sobre "O Controle Externo do Judiciário: Análise e Atuação do CNJ".

**INSCRIÇÕES**

**Valores**

R\$ 150 estudantes  
R\$ 350 advogados e outros interessados

**Para quem é do Paraná**  
50% de desconto até o dia 30 de outubro

Devem fazer as inscrições pelo site da Seccional:  
[www.oabpr.org.br/eventos](http://www.oabpr.org.br/eventos)

**Promoção para grupos**  
50% de desconto para grupos, até o dia do evento (devem ser formados por, no mínimo, 10 pessoas, no

caso de professores, e 30, no caso de alunos ou profissionais). Devem se inscrever pelo Conselho Federal. Telefone: (61) 2193-9619.

**LOCAL**

Centro de Convenções ExpoUnimed. Universidade Positivo. R. Prof. Pedro V. Parigot de Souza, 5.300, Campo Comprido, Curitiba.

**CARGA HORÁRIA**

Será ofertado certificado de participação com carga horária de 50 horas.

**MAIS INFORMAÇÕES**

<http://conferencia.oab.org.br>



# 21 OUT 2011

## GAZETA DO POVO

### Supremo adia alta do IPI de automóveis importados

† O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o aumento imediato do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros importados, medida anunciada há um mês pelo governo para proteger a indústria automotiva. Pela decisão tomada pelos ministros, a nova alíquota só entrará em vigor a partir da segunda quinzena de dezembro — 90 dias após a publicação do decreto que elevou o imposto. O governo já havia perdido ações judiciais na primeira instância. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) estava recorrendo das liminares obtidas pelas empresas.

A decisão do STF tem efeito retroativo. De acordo com os ministros do tribunal, quem já comprou automóveis com o tributo maior poderá recorrer ao Judiciário para pedir a devolução do valor pago a mais. Apesar de a decisão ser liminar, é praticamente impossível que ocorra alguma modificação — o STF é a última instância da Justiça no Brasil. Os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento decidiram não comentar a decisão.

O aumento da alíquota estava em vigor desde 16 de setembro, mas a cobrança ainda não foi iniciada. Isso porque o governo fixou um prazo de 45 dias para que o Ministério do Desenvolvimento defina as empresas que serão oneradas com a medida. O recolhimento do imposto com alíquota maior, em 30 pontos percentuais, seria iniciada em 1.º de novembro, de forma retroativa.

#### Unanimidade

O julgamento foi unânime. Todos os ministros concluíram que o IPI maior somente pode vigorar 90 dias após a publicação do decreto. Ao julgar um pedido de liminar do DEM, o Supremo não aceitou o argumento da União de que o decreto estaria dispensado de cumprir esse prazo de 90 dias. De acordo com os ministros, esse prazo tem de ser obedecido por todo o tipo de legislação, inclusive por decretos presidenciais.

Os ministros disseram que a Constituição protege os contribuintes, que não podem ser surpreendidos com aumentos repentinos de tributos. De acordo com eles, a Constituição exige que os cidadãos sejam informados com antecedência mínima de 90 dias sobre a elevação de impostos.

#### Defesa

Durante o julgamento, o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, fez uma explanação sobre a crise mundial e sobre os efeitos na economia brasileira do aumento no consumo de importados. Ele disse que a balança comercial do setor automotivo registrou índices negativos nos últimos meses, e também falou sobre o aumento da compra de carros importados.

**“Em matéria tributária no Brasil, o princípio do não susto já seria bem-vindo. Porque aqui é uma trepidação permanente.”**

**Carmen Lúcia Antunes Rocha,**  
ministra do STF, durante o julgamento.

21 OUT 2011

# GAZETA DO POVO

PINGA-FOGO

## NOTA POLÍTICA

**"Todos sabemos que cabe recurso ao pedido de cassação. Não cabe ao Ministério Público fixar prazos. É preciso respeitar os poderes. Vou cumprir os prazos. Não será o MP que determinará o dia que o novo deputado vai assumir."**

Valdir Rossoni, presidente da Assembleia paranaense, reclamando de uma suposta pressão do Ministério Público Eleitoral para que o Legislativo empossasse o suplente do deputado estadual Bernardo Carli (PSDB), cassado pelo TRE-PR acusado de caixa dois na campanha de 2010.



## COLUNA DO LEITOR

### Cassação de mandato

A pena de cassação de mandato para Bernardo Carli não é excessiva. É normal e dentro da legalidade. O que não é normal é os outros eleitos que também fizeram caixa dois não serem punidos. Parece perseguição à família Carli em função do acidente com o irmão do deputado.

Jordão Barbosa, Fazenda Rio Grande

## BESSA

### Nem parece repartição pública

Serviço público no Brasil, não raro, é sinal de ineficiência ou morosidade. Pelo menos esse é o senso comum. Mas quando as coisas funcionam bem é preciso reconhecer e, mais que isso, elogiar. É o caso do recadastramento dos eleitores de Curitiba que está sendo feito pelo TRE. Com ou sem agendamento, o serviço é feito em minutos por atendentes sorridentes e educadas em ambiente confortável e, pasmem, com estacionamento gratuito e protegido. Não é digno de elogio?

## Inquéritos COLUNA DO LEITOR

Entendo que o fim do inquérito policial pode acabar com a burocracia para esclarecer o crime. Por outro lado, é preciso aumentar a eficiência das investigações policiais. As pesquisas mostram o índice de crimes insolúveis, que no caso do Brasil é altíssimo. Ou seja, nossas forças policiais apenas resolvem aqueles crimes que por si só já são solúveis. Porém, quando demanda "investigação de inteligência", é diferente. Somente são investigados quando o caso toma relevância e notoriedade pública através da imprensa. Os demais casos caem facilmente no esquecimento.

João Moret, advogado, Porecatu

21 OUT 2011

## GAZETA DO POVO

# McDonald's é acusado de trabalho escravo

O McDonald's foi convidado pela Câmara dos Deputados a dar explicações, em audiência pública, sobre a sua política salarial e a jornada de trabalho dos seus funcionários. O requerimento para a apresentação dos representantes da lanchonete na Câmara foi aprovado ontem, pela CTASP (Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público). A audiência ainda não tem data marcada. A assessoria do deputado Sabino Castelo Branco (PTB-AM), autor da proposição e membro da comissão, informou que o requerimento foi motivado pelo vídeo "Uma jornada criminosa", que circula na internet.

Pelo vídeo, a lanchonete pagaria aos seus funcionários R\$ 2,52 por hora trabalhada, totalizando salário de cerca de R\$ 380 – valor inferior a um salário mínimo [R\$ 545], por jornada de 44 horas de trabalho, em que horas de intervalo seriam descontadas.

O McDonald's informou que "realiza o pagamento de todas as horas em que os funcionários estão no restaurante"; que paga o piso salarial determinado por sindicatos, quando cumpridas as 44 horas semanais; e que a jornada de trabalho flexível beneficia funcionários que conciliam trabalho com estudo.

21 OUT 2011

METRO

## TJ condena por fotos na internet



RODRIGO LEAL/METRO CURITIBA

O Tribunal de Justiça do Paraná manteve sentença da Comarca de Santa Helena (Oeste), que condenou o fotógrafo José Carlos de Macedo a dois anos e quatro meses de prisão, em regime aberto, e 11 de multa por ter fotografado adolescentes nuas, em ce-

nas pornográficas e vexatórias, e divulgado as imagens na internet.

As adolescentes foram fotografadas durante as sessões de um curso de formação de modelos. A decisão foi da 5.<sup>a</sup> Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. ● METRO CURITIBA



METRO 21 OUT 2011

# MPF cobra atendimento a surdos na UFPR-Litoral

► Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública pedindo cumprimento da legislação ► Mãe de filha deficiente não tinha acompanhamento nas aulas

O MPF (Ministério Público Federal) em Paranaguá, no litoral do Estado, ajuizou Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra a Universidade Federal do Paraná (UFPR) – Setor Litoral, para que a instituição contrate profissionais capacitados para acompanhamento dos estudantes surdos.

De acordo com o MPF, a UFPR deve providenciar, imediatamente, o acompanhamento integral dos estudantes com deficiência auditiva durante todo o curso superior.

A ação teve origem na instauração de procedimento administrativo do MPF para verificar se as instituições educacionais de nível superior e as instituições federais de nível médio nos municípios do litoral estavam cumprindo a legislação.

Em março de 2009, a UFPR – Campus Matinhos, informou que contava com duas professoras na área de educação inclusiva e com um intérprete de libras, profissionais contratados por meio de concurso público, e que havia solicitado à Pró-Reitoria

**Vestibulares também poderão ter profissionais qualificados para correção de provas de surdos-mudos.**

de Gestão de Pessoas a abertura de concurso para a carreira do magistério superior, na área de conhecimento de Libras, que deveria acontecer entre 2009 e 2010.

Foi instaurado outro procedimento em 2011, motivado pela reclamação da mãe de uma estudante com deficiência auditiva da universidade. A estudante teve auxílio de intérprete de libras para acompanhamento das aulas somente nos dois primeiros meses após o ingresso no curso superior, em 2010, segundo a mãe.

Na ação, o MPF pede também que os concursos vestibulares da UFPR tenham pessoal qualificado para realizar a correção de provas de surdos-mudos. A informação sobre a possibilidade de correção especial deve ser divulgada publicamente através de emissoras de televisão, rádio e jornais de grande circulação, no prazo de 30 dias antes da publicação do edital do vestibular.

● METRO CURITIBA.

O ESTADO DE S. PAULO

# Médico foi

# demitido

# por erro

21 OUT 2011

# em cirurgia

Mariano Fiore Jr., acusado de retirar rins de pacientes vivos, deixou PM tetraplégico

O médico Mariano Fiore Junior – um dos acusados de tirar os rins de pacientes ainda vivos para usar em transplantes particulares – foi demitido do serviço público em 2010 e teve a aposentadoria cassada por conta de um erro médico: ele deixou um policial militar tetraplégico em 2005 após uma cirurgia de hérnia de disco.

Fiore era médico-legalista do Instituto Médico-Legal (IML) de Taubaté e estava de licença médica do serviço público quando operou o sargento aposentado da PM Francisco Roberto Lopes, que na época tinha 58 anos e trabalhava como segurança da prefeitura havia 4 anos.

A cirurgia “de urgência” foi indicada por Fiore depois que Lopes machucou o ombro em uma queda durante uma partida de futebol. Ativo, ele passava horas praticando o esporte favorito – chegou a jogar no time da cidade.

**O erro.** Sem fazer exame extra nem ter ideia dos riscos da cirurgia, Lopes saiu da mesa cirúrgica após nove horas sem nenhum movimento nos membros superiores e inferiores. Os familiares questionaram Fiore, que enviou Lopes de volta para a mesa cirúrgica no dia seguinte para tentar reverter a situação. “Com fisioterapia ele volta a andar em oito meses”, teria dito Fiore.

Fiore também teria fixado incorretamente a placa de sustentação que substituiu as vérte-

bras retiradas na cirurgia. Por conta disso, Lopes tinha vertigens constantes e corria risco de morte, caso seu esôfago fosse perfurado acidentalmente.

Lopes teve de ser operado novamente às pressas – dessa vez, a família viajou até São Paulo e a cirurgia corretiva foi feita pelo neurocirurgião Jorge Págura. “Ele salvou a vida do meu pai”, diz a filha Sílvia Helena Lopes.

**Boletim.** Após a cirurgia, a família registrou um boletim de ocorrência contra Fiore e o hospital. Por ele ser funcionário da polícia científica, foi aberto um procedimento administrativo na Secretaria da Segurança Pública, que resultou em sua demissão, publicada em agosto de 2010 no *Diário Oficial* do Estado.

O laudo da perícia técnica afirmou que “a tetraplegia instalou-se em decorrência do primeiro ato cirúrgico” e que Lopes “sofreu um trauma medular por falta de habilidade do cirurgião, caracterizando uma lesão corporal de natureza gravíssima”. Em outro documento foi apontado que houve negligência, imperícia e

## • Mudança radical

### MARINA DE OLIVEIRA LOPES

MULHER DE LOPES  
“Nossa vida mudou radicalmente. Não recebemos um tostão. Ninguém merece passar por isso.”

imprudência por “falta de aptidão para desempenhar a cirurgia” e “a soltura da placa caracteriza falha técnica.”

**Adaptações.** Ontem, Lopes conversou com o Estado deitado em sua cama adaptada. Ele faz fisioterapia três vezes por semana e conta com os quatro filhos e a mulher para se alimentar, tomar banho e se divertir.

Segundo Marina de Oliveira Lopes, de 61, mulher de Lopes, a família entrou com duas ações contra Fiore: uma cível e outra criminal. Na cível, a família pediu uma indenização de R\$ 500 mil e o pagamento de uma pensão vitalícia de oito salários mínimos por mês para manter as despesas do tratamento. Ainda aguarda o resultado do laudo técnico, feito em 2009 no Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo (Imesc).

A ação criminal está no Tribunal de Justiça de São Paulo – Lopes perdeu em primeira instância “por falta de provas.”

Questionado sobre a demissão durante o intervalo do julgamento, Fiore disse que não poderia falar sobre esse assunto. “Só posso te dizer que a gente está corrigindo isso.”

21 OUT 2011

## O ESTADO DE S. PAULO

# Jurados debatem condenação ou absolvição no caso Kalume

Júri debatia destino de médicos acusados de retirar rim de pacientes vivos até as 19 horas de ontem

**Fernanda Bassette**

ENVIADA A TAUBATÉ

**João Carlos de Faria**

ESPECIAL PARA O ESTADO

Após quatro dias de julgamento e cerca de 40 horas de debates, estava nas mãos dos jurados, na noite de ontem, a condenação ou absolvição dos três médicos acusados de terem retirado os rins de pacientes ainda vivos para usá-los em transplantes particulares em Taubaté (SP).

O caso aconteceu na década de 1980 e ficou conhecido como Kalume em referência ao médico Roosevelt Sá Kalume, autor das denúncias e diretor da Facul-

dade de Medicina da Universidade de Taubaté na época. Estão no banco dos réus os médicos Mariano Fiore Junior, Rui Noronha Sacramento e Pedro Henrique Masjuan Torrecillas.

Desde as 15h40, os sete jurados – quatro mulheres e três homens – estavam reunidos na sala secreta para responder às 60 perguntas formuladas pela promotoria e pela defesa: 20 para cada um dos réus. A primeira delas questiona se as vítimas foram submetidas à extração dos rins sem a efetiva constatação de morte encefálica. Caso os jurados respondam “não”, o réu é absolvido. Caso prevaleça o “sim”, o juiz fará a pergunta seguinte.

No intervalo após o fim dos debates, o clima entre os réus e familiares era de tranquilidade.

**Debates.** Pela manhã, o promotor Márcio Augusto Frigi de Carvalho apresentou os argumen-

tos pedindo a condenação dos réus com base na tese de que os rins dos pacientes foram retirados quando eles ainda estavam vivos. Para o promotor, existia uma “central de captação” de rins na cidade, que seriam levados para a capital para usá-los em transplantes particulares.

À tarde, o advogado Sérgio Salgado Badaró usou suas duas horas para expor aos jurados as razões para a absolvição. “O promotor diz que não há prova segura de que os pacientes estavam em morte encefálica. Mas há alguma prova de que estavam vivos?”, disse Badaró, que sustentou a defesa afirmando que a promotoria não conseguiu provar que os pacientes estavam vivos.

“Se os condenarem, vocês serão o primeiro júri do País em que os jurados condenaram médicos por matar gente que já estava morta”, disse. Até as 19 horas, não havia decisão sobre o caso.

21 OUT 2011

O ESTADO DE S. PAULO

# STF adia alta de IPI de carro importado

Supremo decide que aumento só deve valer a partir de dezembro; quem comprou veículo com imposto mais alto pode recorrer à Justiça

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem o aumento imediato do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros importados, medida anunciada há um mês pelo governo para proteger a indústria automotiva. Pela decisão tomada pelos ministros, a nova alíquota só entrará em vigor a partir da segunda quinzena de dezembro – 90 dias após a publicação do decreto que elevou o imposto.

A decisão tem efeito retroativo. De acordo com os ministros do STF, quem já comprou automóveis com o tributo maior poderá recorrer ao Judiciário para pedir a devolução do valor pago a mais.

Apesar de a decisão ser liminar, é praticamente impossível que ocorra alguma modificação. O STF é a última instância da Justiça no Brasil.

O placar do julgamento foi unânime. Todos os ministros concluíram que o IPI maior somente pode vigorar 90 dias após a publicação do decreto que estabeleceu o aumento de 30 pontos percentuais nas alíquotas do imposto para veículos com menos de 65% de conteúdo nacional.

Ao julgar um pedido de liminar do Democratas (DEM), o Supremo não aceitou o argumento da União de que o decreto estaria dispensado de cumprir esse prazo de 90 dias. De acordo com os ministros, esse prazo tem de ser obedecido por todo o tipo de legislação, inclusive por decretos presidenciais.

Os ministros disseram que a Constituição protege os contribuintes, que não podem ser surpreendidos com aumentos repentinos de tributos. De acordo com eles, a Constituição exige que os cidadãos sejam informados com antecedência mínima de 90 dias sobre a elevação de impostos. “O princípio da anterioridade representa garantia do contribuinte perante o poder público”, afirmou o relator da ação, ministro Marco Aurélio Mello.

“Em matéria tributária no Brasil, o princípio do não susto já seria bem-vindo. Porque aqui é uma trepidação permanente”, comentou, durante o julgamento, a ministra Carmen Lúcia Antunes Rocha. Decano do STF, Celso de Mello afirmou que era de uma “patente inconstitucionalidade” a cobrança imediata do IPI maior.

**Defesa.** O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, fez uma explanação sobre a crise mundial e sobre os efeitos na economia brasileira do aumento no consumo de importados. Ele disse que a balança comercial do setor automotivo apresentou índices negativos nos últimos meses. Também falou sobre o aumento da compra de carros importados.

Segundo Adams, a venda de carros vindos da Coreia do Sul cresceu 4.100% desde 2005. No caso dos veículos vindos da China, o salto foi de 1.250%. “Na venda de veículos importados, o mercado interno cresceu de agosto a setembro de 2011 na ordem de 3%, e corresponde ao volume total de crescimento no ano de 2010.”



21 OUT 2011

# O ESTADO DE S. PAULO Comissão da Verdade já tem listas de nomes



● **Celebração**  
Assessor do Ministério da Defesa, José Genoíno disse ontem que a aprovação da Comissão da Verdade pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado "é um dia a ser comemorado".

Grupos trabalham nos bastidores para emplacar indicações como Gregori e Paulo Sérgio Pinheiro

A presidente Dilma Rousseff tem insistido com seus assessores para que não alimentem especulações sobre os prováveis integrantes da futura Comissão da Verdade. O assunto está proibido, segundo um dos encarregados das articulações políticas no Senado, onde tramita o projeto de lei que cria a comissão. Apesar disso, circulam nos bastidores listas com nomes de possíveis integrantes do grupo. Também estão em curso campanhas a favor deste ou daquele nome.

De acordo com o texto do projeto, a comissão terá sete integrantes, "designados pelo presidente da República, dentre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética". Para especialistas em direitos humanos, a escolha desses nomes será decisiva para garantir a efetividade ou não da comissão.

Até agora, um dos nomes mais repetidos é o do diplomata Paulo Sérgio Pinheiro, que atua como assessor da ONU, tendo sido indicado, recentemente, para integrar a comissão que investigará violações de direitos humanos na Síria. O maior cacife do diplomata de 67 anos, porém, está relacionado à política local: ele transita com tranquilidade entre tucanos e petistas. Em janeiro de 2010, Pinheiro foi chamado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ajudar na preparação da proposta que resultou no projeto de lei que tramita no Congresso.

Outro nome mencionado com frequência é o do tucano José Gregori, de 81 anos, atual secretário de Direitos Humanos de São Paulo. Jurista, amigo do ex-cardeal Paulo Evaristo Arns, ele presidiu a Comissão

de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo na ditadura. No governo de Fernando Henrique Cardoso, atuou à frente do Secretariado de Direitos Humanos e do Ministério da Justiça.

Além de experiência e bons padrinhos, Pinheiro e Gregori têm a vantagem de não enfrentarem resistências entre parentes de mortos e desaparecidos políticos. A maior preocupação nesse meio é evitar que pessoas ligadas ao regime, militares ou não, integrem a comissão.

**Outras opções.** As especulações também incluem o nome do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e atual presidente da Comissão de Ética da Presidência da República, José Paulo Sepúlveda Pertence. A lista inclui ainda os advogados Sigmaringa Seixas, ex-deputado que se notabilizou como defensor de presos políticos no período da ditadura, e Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça. Pesa contra eles o fato de integrarem o círculo de consultores mais próximos de Lula. Se fossem indicados, a comissão teria mais identificação com o governo passado do que com o atual.

Outro dois militantes da defesa de direitos humanos que aparecem nas listas são José Carlos Dias e Antonio Modesto da Silveira. Entre os nomes de mulheres, aparecem os de Sylvia Steiner, Eny Raimundo Pereira e Flávia Piovesan.

Sylvia atua na Corte Penal Internacional, em Haia, na Holanda. Eny, advogada carioca, é festejada pelas entidades de direitos humanos como uma das idealizadoras do projeto Brasil: Nunca Mais, produzido pela Arquidiocese de São Paulo.

Professora de direito constitucional na PUC-SP, Flávia Piovesan aparece na lista de prováveis indicadas para a vaga de Ellen Gracie, no Supremo. Procuradora do Estado de São Paulo, ela também tem sido consultada pela ONU a respeito de direitos humanos.

O nome do ex-ministro Paulo Vannuchi também é citado. Para algumas entidades de direitos humanos, seria o coroamento de seu trabalho à frente da Secretaria de Direitos Humanos, sem o qual teria sido impossível a estruturação do projeto da comissão. Suas chances, porém, são reduzidas: ele defendeu a luta armada contra o regime militar, foi preso, torturado e condenado.

## Cotados



**Paulo Sérgio Pinheiro**  
Diplomata

Um dos nomes mais citados, é assessor da ONU e tem bom trânsito entre PT e PSDB



**José Gregori**  
Secr. de Direitos Humanos de SP

Jurista, presidiu a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de SP na ditadura.



**Sepúlveda Pertence**  
Jurista e ex-presidente do STF

Também tem sido bastante lembrado. Preside a Comissão de Ética da Presidência



**Paulo Vannuchi**  
Ex-ministro

Indicação pouco provável, seria um reconhecimento do esforço pela aprovação da comissão

# O ESTADO DE S. PAULO

**Prefeito de  
Campinas  
vai à Justiça**

**21 OUT 2011**

A defesa do prefeito de Campinas, Demétrio Vilagra (PT), entrou ontem com pedido de mandado de segurança à 1.ª Vara da Fazenda Pública de Campinas, com objetivo de anular decisão da Câmara de Vereadores de afastar o petista do cargo durante os trabalhos de uma Comissão Processante (CP) aprovada pelo Legislativo em agosto.

Com a autorização da Justiça para iniciar os trabalhos, a CP vai apurar denúncias de suposta participação de Vilagra em um esquema de corrupção na Sanasa, a empresa de saneamento de Campinas. O petista foi empossado no dia 23 de agosto, após a cassação de Hélio de Oliveira Santos (PDT), o Dr. Hélio, envolvido no mesmo escândalo.

A Câmara aprovou na quarta-feira, com votos de 28 dos 33 vereadores, o afastamento temporário do prefeito por 90 dias. Esta é a segunda o prefeito é afastado. A primeira foi em 24 de agosto, mas Vilagra conseguiu se manter no cargo. Segundo o advogado Hélio Silveira, o afastamento não tem embasamento legal. A decisão deve ser publicada hoje no *Diário Oficial do Município*. Ontem, o prefeito trabalhou normalmente.

## **CASO BRUNO**

### **Ex-goleiro tem habeas corpus negado pelo STJ**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o pedido de habeas corpus apresentado pela defesa do ex-goleiro Bruno, preso há um ano e três meses na Penitenciária Nelson Hungria, em Contagem (MG). O relator, ministro Sebastião Reis Júnior, disse que a periculosidade do réu é motivo adequado para a manutenção da prisão cautelar. Bruno é acusado da morte da ex-amante Eliza Samudio. O corpo não foi localizado, mas a investigação aponta que o ex-goleiro e outras oito pessoas teriam participado do assassinato.

21 OUT 2011  
O ESTADO DE S. PAULO

## Criança mata padrasto que tentava esfaquear sua mãe

Menino de 9 anos atacou frentista durante briga de casal na Cohab Cidade Tiradentes; violência doméstica era constante

Um menino de 9 anos matou anteontem à noite o padrasto, o frentista Luís Augusto dos Santos, de 42, em Cidade Tiradentes, zona leste de São Paulo. O ataque aconteceu dentro de casa. Segundo a Polícia Civil, Luís Augusto tentava esfaquear a mulher e mãe do menino, a auxiliar de cozinha Selma, quando foi atingido pelo garoto. As vítimas relataram à polícia que sofriam agressões com frequência.

O casal brigava e discutia alto quando a criança foi até a cozinha do apartamento – no segundo andar de um dos prédios da Cohab Cidade Tiradentes –, e voltou com uma faca na mão. Para salvar a mãe, o garoto esfaqueou o padrasto na barriga. O homem reagiu.

Mesmo ferido, Luís Augusto empurrou o menino pela escada do edifício. Um vizinho da família correu para o apartamento ao ouvir a gritaria e, apesar de ter desarmado o frentista (que estava com um facão), não conseguiu impedir que ele empurrasse o garoto.

Uma ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) socorreu Luís Augusto e Selma, que foram levados para o Hospital Santa Marcelina. O homem não resistiu ao ferimento. A mulher foi liberada. Mãe e filho fizeram exame de corpo de delito no Instituto Médico-Legal.

O crime foi registrado no 49.º DP, de São Mateus, como violência doméstica e homicídio quali-

ficado. Segundo o delegado José Manoel Martins, um inquérito policial será instaurado no 54.º DP, de Cidade Tiradentes, para investigar as circunstâncias do assassinato e a convivência da família. Selma disse, em depoimento, que o marido já a ameaçara com faca e agredira o filho antes. O vizinho também depôs e confirmou as brigas constantes.

A mulher pôde levar o garoto de volta para casa, mas corre o risco de perder a guarda do menino, caso a apuração comprove que ela se omitiu ao protegê-lo do padrasto. “Ninguém deve se submeter a agressões. Se fosse só ela, a lei dá o direito de denunciar ou não. Mas, quando envolve uma criança, ela tem o dever de salvaguardar a integridade do filho”, disse Martins.

O Conselho Tutelar também será acionado e deverá apurar as condições psicológicas do garoto. Como é menor de 12 anos, por lei, ele não pode ser considerado autor do crime.

21 OUT 2011

JORNAL DO ESTADO

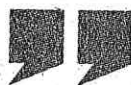
# CURITIBA CORRE RISCO DE FICAR SEM O VOTO BIOMÉTRICO EM 2012

Se recadastramento não atingir 80% dos 1,3 milhão de eleitores,  
processo será cancelado.

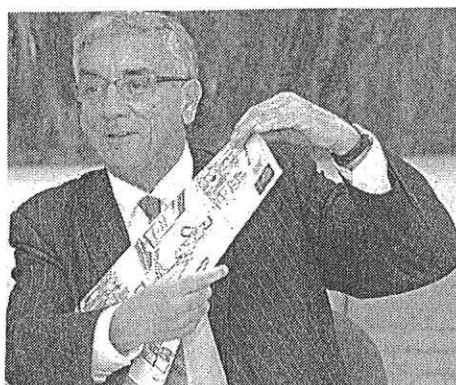
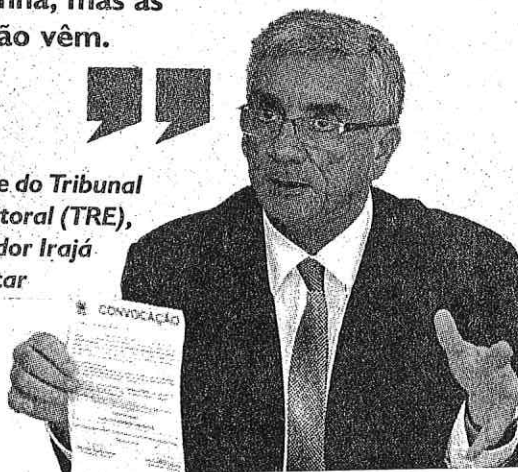
A 85 dias do prazo final, apenas 52% do eleitorado procurou o TRE.



Estamos muito nervosos.  
Temos feito todo tipo  
de campanha, mas as  
pessoas não vêm.



do presidente do Tribunal  
Regional Eleitoral (TRE),  
desembargador Irajá  
Prestes Mattar



**CONTINUA**

Irajá Mattar: campanha para "convocar" retardatários



# JORNAL DO ESTADO

# Curitiba corre o risco de ficar sem O VOTO BIOMÉTRICO EM 2012 21 OUT 2011

Se o cadastramento não atingir 80% dos 1,3 milhão de eleitores da Capital paranaense, processo será cancelado

Curitiba pode ficar sem o voto biométrico – pelo qual o eleitor é identificado através de suas impressões digitais – nas eleições municipais de 2012. É que a 85 dias do prazo final, 622 mil ou 48% dos 1,3 milhão de eleitores da Capital paranaense ainda não procuraram a Central do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR) para se cadastrarem. E segundo o presidente do TRE, desembargador Irajá Prestes Mattar, se o cadastramento não atingir pelo menos 80% do eleitorado, todo o processo será anulado.

O prazo para o cadastramento se encerra no próximo dia 20 de janeiro, e segundo o tribunal, não haverá prorrogação. Mattar não acredita que a cidade não atinja os 80% mínimos necessários para a implantação da biometria, mas afirma que a meta do TRE paranaense é atingir os 100% do eleitorado. Para isso, seria preciso manter uma média de cerca de cinco mil eleitores cadastrados diariamente.

O problema é que apesar de todos os alertas e campanhas patrocinadas pelo tribunal, o ritmo da procura pela Central do Parolin ainda está bem abaixo disso. Apesar da unidade ter hoje capacidade para atender a até 12 mil eleitores por dia, a média diária de pessoas que procuram

o local durante a semana não passa de 3 mil a 4 mil, aumentando para cerca de 6 mil nos sábados, domingos e feriados. “Estamos muito nervosos. Temos feito todo tipo de campanha, mas as pessoas não vêm”, disse o presidente do TRE. “A margem está muito perigosa. Se não houver 80% dos eleitores cadastrados, cancela toda a biometria”, afirma.

Para evitar esse risco, o tribunal está lançando nova campanha de divulgação para atrair os eleitores. Cartazes e panfletos com ilustração assinada pelo cartunista Ademir Paixão foram produzidos e serão espalhados por pontos de ônibus e outros locais de grande aglomeração. O material destaca o fato de que quem não fizer o cadastramento terá o título de eleitor cancelado. E que o eleitor que não quiser enfrentar filas só precisa agendar seu atendimento através do site do TRE na internet ([www.tre-pr.jus.br](http://www.tre-pr.jus.br)).

Segundo o tribunal, a média de espera para quem agenda o atendimento com antecedência é de 7 minutos, enquanto para quem não o faz é de 15 minutos. Para evitar as filas, a Central está funcionando de segunda a domingo, com 750 funcionários trabalhando em dois tur-

nos, com 235 guichês. Além disso, o TRE firmou parceria com o governo do Estado que cedeu 80 servidores da Secretaria de Segurança Pública para reforçar o atendimento. E outros cem recrutas do Exército também foram disponibilizados com o mesmo objetivo.

Chamamento - Nos próximos dias, o tribunal também começará a enviar correspondência aos eleitores não cadastrados convocando-os para comparecerem à central. “Até agora eu estava alertando. Agora estou ameaçando”, brincou o desembargador Irajá Mattar.

Para o diretor-geral do TRE, Ivan Gradowski, o problema não é de apatia do eleitor, mas dos políticos. “Os maiores interessados no cadastramento são os políticos, candidatos a vereador, que deveriam estar garimpando os eleitores. Se ficarem cem mil eleitores sem se cadastrarem, serão 100 mil votos fora da disputa”, lembrou.

**CONTINUA**

# 21 OUT 2011

## JORNAL DO ESTADO

### CONTINUAÇÃO

Mattar e Gradowski dizem que já procuraram os vereadores, deputados e partidos políticos, pedindo apoio para mobilizar os eleitores, mas não houve resultado. “Ficamos três horas conversando na Câmara Municipal. Os vereadores falaram que iam trazer os eleitores em grupo, mas não veio ninguém”, criticou o presidente do TRE.

A maior preocupação do tribunal é justamente evitar atropelos, filas e transtornos nos últimos dias do prazo. Até para que os retardatários não se sintam desestimulados. “Mas estamos preparados em função desses que deixam para depois”, garantiu Mattar.

# 21 OUT 2011

## JORNAL DO ESTADO

### Sem pressa

Questionado sobre a iniciativa do Ministério Público Eleitoral, que cobrou na Justiça o cumprimento imediato da cassação do mandato do deputado estadual Bernardo Carli, o presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni (PSDB), afirmou que aguarda comunicação oficial. Bernardo Carli – irmão do ex-deputado Fernando Ribas Carli Filho, que renunciou em 2009 após se envolver em acidente de trânsito que resultou na morte de duas pessoas – foi cassado sob acusação de caixa dois de campanha. Rossoni criticou a pressão feita pelo MPE para que a Assembleia empossasse, o quanto antes, o suplente de Carli, Antonio Carlos Belinati, filho do ex-prefeito de Londrina, Antonio Belinati. “Todos sabemos que cabe recurso ao pedido de cassação. Não cabe ao Ministério Público fixar prazos. É preciso respeitar os Poderes. Vou cumprir os prazos. Não será o MP que determinará o dia que o novo deputado vai assumir”, disse.

### Defesa

Bernardo Ribas Carli divulgou nota informando que ainda não foi notificado sobre a cassação de seu mandato. Mas que mesmo assim já entrou em contato com sua assessoria jurídica para que tome as medidas judiciais cabíveis. O deputado disse acreditar na “imparcialidade da Justiça”.

# JORNAL DO ESTADO

## IPI DE IMPORTADOS

# 21 OUT 2011

# STF suspende cobrança imediata

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu ontem, por unanimidade, o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados até que se completem 90 dias após a edição do decreto que determinou o aumento da alíquota.

O decreto foi editado pelo governo no dia 15 de setembro e representou aumento de até 28% nos preços finais dos veículos produzidos fora do Mercosul e do México (que tem

acordo bilateral de comércio com o Brasil). Com a decisão do STF, a cobrança da nova tarifação só terá validade a partir do dia 15 de dezembro.

A ação foi proposta pelo DEM, que considerava o decreto inconstitucional. O relator do caso no STF, ministro Marco Aurélio Mello, reconheceu que a mudança na tributação deve respeitar “o princípio da autoridade nonagesimal”, previsto na Constituição Federal.

O dispositivo diz que a va-

riação de alguns impostos só pode entrar em vigor 90 dias após a publicação do decreto ou lei que o estabeleceu, a chamada noventa. “Trata-se de garantia constitucional ao contribuinte contra o poder de tributar do ente público”, argumentou o ministro.

O voto de Marco Aurélio foi seguido pelos outros ministros do Tribunal. Os ministros concordaram em dar efeito retroativo à suspensão. A decisão do STF tem caráter liminar.

### COLOMBO

#### Direitos da criança

Colombo realizou na quarta-feira a 10ª Conferência Municipal da Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, convocada pelo poder público, através da Prefeitura Municipal com a Secretaria da Ação Social e Trabalho e o Conselho, para discutir e propor políticas públicas para crianças e adolescentes.

### EM BAIXA

O STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu ontem, por unanimidade, que a **MEDIDA DO GOVERNO FEDERAL DE AUMENTAR O IPI** (Imposto sobre Produtos Industrializados) para carros só pode entrar em vigor a partir da segunda quinzena de dezembro. O tribunal também entendeu que a decisão tem efeito retroativo.



# TRIBUNA DO PARANÁ

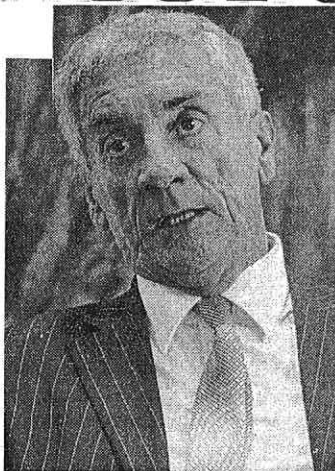
## Alerta 21 OUT 2011

Eleições biométricas estão ameaçadas. 48% ainda não passaram pelo cadastramento e prazo está perto do final

# TRE convoca eleitores

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) começa a convocar por cartas os eleitores que ainda não fizeram o cadastramento biométrico. A medida foi tomada porque em pouco mais de sete meses, apenas 52% dos eleitores participaram do processo. Segundo Irajá Prestes Mattar, presidente do TRE, a meta é cadastrar 80% dos eleitores, caso contrário, todo o processo será cancelado e as urnas biométricas não serão usadas nas eleições do ano que vem. “Temos 85 dias para completar essa tarefa até 20 de janeiro, prazo final determinado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE)”, salienta.

Mattar criticou a falta de empenho dos políticos, que em outras oportunidades se colocaram à disposição para alertar seus eleitores da im-



**Mattar critica políticos.**

portância do cadastramento. “Em conversas com políticos, chegaram a afirmar que viriam em grupo para fazer o cadastramento. Se vieram, foi de forma dispersa, mas nunca em grupo, conforme tinham prometido”, afirma. O presidente vai mais longe e afirma que a máquina eleito-

reia só é usada para arrecadar voto. “O que o político não pensa é que se 100 mil pessoas não se cadastrarem serão 100 mil votos a menos.”.

### **Prazo final**

A média de atendimentos do TRE tem sido de 4,8 mil pessoas por dia, com picos de até oito mil atendimentos nos fins de semana e feriados. Segundo cálculos do TRE, ainda faltam ser cadastrados 48% dos eleitores. Além das cartas, que serão enviadas aos eleitores, o TRE começa a colocar propagandas pelos mobiliários urbanos. “Quem estiver esperando o ônibus vai se deparar com a convocação e lembrar da necessidade de se cadastrar”, comenta Mattar. Para evitar filas, o eleitor pode agendar seu cadastramento pela internet. Os eleitores que não fizerem o cadastramento até 20 de janeiro terão seus títulos cancelados.

# 21 OUT 2011

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Rossoni registra bronca na delegacia

O presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), registrou Boletim de Ocorrência numa delegacia acusando o jornalista Renato Barroso de tentativa de agressão. O deputado tucano relatou que estava no restaurante Vindouro, no Juvevê, na noite de terça-feira, jantando com o diretor-geral da Assembleia, Benone Manfrin, e outros assessores, quando teria sido insultado por Barroso, que o teria abordado para cobrar a demissão de um familiar do quadro de comissionados da Assembleia.

Em fevereiro, quando tomou posse presidência da mesa executiva, Rossoni fez a reforma administrativa, que resultou na eliminação de cargos comissionados. De acordo com fontes da administração, o ex-funcionário teria sido dispensado por não comparecer ao trabalho.

#### Na delegacia

O entrevisto começou com insultos e somente não evoluiu para o confronto físico devido à intervenção dos seguranças da Assembleia. Este foi o segundo Boletim de Ocorrência registrado por Rossoni desde que assumiu o cargo. Em julho esteve no 3.º DP para denunciar que estava recebendo ameaças de morte por carta. A reportagem entrou em contato com Barroso, mas ele preferiu não comentar o assunto.

### Deputado vai ao TSE

O deputado estadual Bernardo Carli (PSDB) informou ontem que sua assessoria jurídica vai entrar com recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a cassação do mandato aprovada pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Bernardo é acusado pelo Ministério Público Eleitoral de fazer caixa 2 na campanha do ano passado quando foi eleito 1.º suplente da coligação PSDB-PP-DEM.

Bernardo disse que ainda não foi notificado da cassação e acredita na "imparcialidade da Justiça". Enquanto o deputado e a presidência da Assembleia Legislativa não forem comunicados oficialmente da decisão do TRE, o que somente ocorrerá a partir da publicação da sentença no Diário da Justiça, Bernardo continuará exercendo o mandato.

#### Suplente

O presidente da Assembleia Legislativa, Valdir Rossoni (PSDB), disse ontem que somente poderá empossar o suplente quando for notificado pela Justiça Eleitoral. Rossoni respondeu ao pedido feito pelo Ministério Público Eleitoral para que empossasse o suplente, Antônio Carlos Belinati, com urgência. "Todos sabemos que cabe recurso ao pedido de cassação. Não cabe ao Ministério Público fixar prazos. É preciso respeitar os poderes. Vou cumprir os prazos. Não será o MP que determinará o dia que o novo deputado vai assumir", disse Rossoni, que se sentiu pressionado pelo Ministério Público Eleitoral.

# 21 OUT 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### 4ª Região se prepara para Semana Nacional da Conciliação

Na 6ª edição da Semana Nacional da Conciliação, que acontecerá entre 28 de novembro e 2 de dezembro em todo o Brasil, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) terá uma programação extensa nos três estados do Sul.

Na Seção Judiciária do Paraná, já estão confirmados mutirões em Curitiba, Maringá e Jacarezinho. As audiências tentarão acordos em contratos do Sistema Financeiro da Habitação, execuções fiscais e benefícios previdenciários.

Na Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, estão previstos mutirões em Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria e Rio Grande. A capital gaúcha terá audiências sobre créditos habitacionais, financiamento estudantil e FGTS. Em Santa Maria, serão buscados acordos sobre benefícios assistenciais e de auxílio-doença.

Em Santa Catarina, haverá mutirões de conciliação em nove cidades: Florianópolis, Jaraguá do

Sul, Criciúma, Blumenau, Chapecó, Rio do Sul, Tubarão, Caçador e Lages. Nesse Estado, a maioria das audiências tratará de benefícios previdenciários, como auxílio-doença, auxílio-invalidez, pensão por morte, salário-maternidade e aposentadoria por tempo de contribuição.

Desde o ano passado, o Conselho Nacional de Justiça incentiva magistrados por boas práticas na área da conciliação com o prêmio 'Conciliar é Legal', que está em sua segunda edição neste ano. Alguns juízes da 4ª Região já confirmaram sua inscrição.

Na 4ª Região, a conciliação já é uma prática constante, mas nessa semana em especial, mutirões oportunizarão o término de centenas de processos por meio de acordos entre as partes mediados por juízes federais e conciliadores. A conciliação tem se firmado como um dos mais eficientes métodos de pacificação social e agilidade processual.

21 OUT 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# TST atinge a marca de 200 mil processos eletrônicos

O Tribunal Superior do Trabalho chegou, na última quinta (20), à marca de 200 mil processos eletrônicos em tramitação. O número abrange os processos enviados eletronicamente pelos Tribunais Regionais do Trabalho, as ações originárias do próprio TST, cuja tramitação é eletrônica desde o início, e os processos do acervo do Tribunal que vêm sendo digitalizados.

O envio de recursos por meio eletrônico dos TRTs para o TST teve início em agosto de 2010. No TST, a virtualização dos processos começou em 2009, com a digitalização dos autos físicos da competência da Presidência. Hoje, além desse procedimento, as ações originárias, como os dissídios coletivos, já começam a tramitar de forma virtual.

O processo eletrônico, porém, não é apenas a mudança do meio físico para o digital por meio do escaneamento. Trata-se de um sistema, coordenado pelo Conselho Nacional de Justiça com a colaboração dos tribunais do País, cuja finalidade é eliminar o papel desde a origem, com todos os procedimentos passando a ser feitos de forma automatizada.

Além das vantagens em termos de celeridade, o processo eletrônico resulta em redução significativa de custos – despesas com transporte via malote dos Correios, guarda e manuseio de volumes e, naturalmente, consumo de papel.



21 OUT 2011

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Brasil e Chile mostram avanços no Judiciário

Seguindo a ordem alfabética de apresentações na VI Cúpula dos Poderes Judiciários da União Sul-Americana das Nações (Unasul), o presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Ari Pargendler, detalhou a organização e funcionamento do Poder Judiciário brasileiro. Explicou também a atuação dos órgãos de controle como os tribunais de contas, a Controladoria Geral da União e os diversos canais que dão transparência às atividades da administração pública.

Pargendler revelou que o Judiciário recebe muitas críticas e que às vezes é chamado de caixa preta. "Essa crítica pode ter sido precedente no passado, mas hoje o Poder Judiciário está sujeito à ampla publicidade de seus atos administrativos", defendeu.

Pargendler demonstrou que essa transparência se dá por meio da publicação, na internet, de todas as despesas, investimentos e contratações, não só pelo STJ, como também pelo Conselho Nacional de Justiça.

#### Chile

Sergio Muñoz Gajardo, ministro da Corte Suprema de Justiça do Chile, contou que o Judiciário chileno era muito criticado internamente pela demora das decisões; pelos procedimentos antiquados, lentos e secretos; pela magistratura despreparada e conservadora.

A reação à morosidade judicial veio com as reformas normativas ocorridas o início da década passada, nas áreas penal, de família, trabalhista e militar.

## FÁBIO CAMPANA

### Sem voto impresso

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu na última quarta-feira (19) que o Brasil não terá voto impresso. A lei que determinava a impressão dos votos foi considerada inconstitucional. Os ministros do STF alegam que o sistema pode por em risco o sigilo do voto. O eleitor poderia ser identificado pelo registro digital do voto e, caso a urna quebrasse, um técnico precisaria entrar na cabine e, assim, veria o voto.

### Belinati entra

O mandato do deputado estadual Bernardo Guimarães Ribas Carli (PSDB) foi cassado por unanimidade pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na última quarta-feira (19). A acusação foi do uso da caixa dois durante a disputa eleitoral de 2010. A vaga de Carli fica para o terceiro suplente da coligação, Antonio Carlos Belinati, filho do ex-prefeito de Londrina, Antonio Belinati. Belinati entra somente se Carli sair.

### Chapa continua quente

O procurador Sergio Botto de Lacerda falou ontem (20) sobre a briga com Júlio César Zem Cardoso, procurador-geral do Estado. Botto responderá a uma sindicância na procuradoria por supostamente perder prazos em processos e orientar outros advogados em ações contra o estado. Ele nega. Botto afirma que as acusações são uma tentativa de retaliação do atual Procurador Geral que estaria com medo do vazamento da gravação feita por Botto durante uma conversa entre os dois em um restaurante.

21 OUT 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STF suspende aumento do IPI para carros importados

Ação foi proposta pelo DEM, que

**considerava o decreto inconstitucional**

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu nesta quinta-feira (20/10), por unanimidade, o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados até que se completem 90 dias após a edição do decreto que determinou o aumento da alíquota. O decreto foi editado pelo governo no dia 15 de setembro e representou aumento de até 28% nos preços finais dos veículos produzidos fora do Mercosul e do México (que tem acordo bilateral de comércio com o Brasil). Com a deci-

ção, a cobrança da nova tarifação só terá validade a partir do dia 15 de dezembro. A ação foi proposta pelo DEM, que considerava o decreto inconstitucional.

O relator do caso no STF, ministro Marco Aurélio Mello, reconheceu que a mudança na tributação deve respeitar “o princípio da autoridade nonagesimal”, previsto na Constituição Federal. O dispositivo diz que a variação de alguns impostos só pode entrar em vigor 90 dias após a publicação do decreto ou lei que o estabeleceu.

21 OUT 2011  
INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
**STF suspende  
IPI maior  
para carros  
importados**

**Ação foi proposta pelo DEM, que considerava o decreto inconstitucional**

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu nesta quinta-feira (20/10), por unanimidade, o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para carros importados até que se completem 90 dias após a edição do decreto que determinou o aumento da alíquota.

O decreto foi editado pelo governo no dia 15 de setembro e representou aumento de até 28% nos preços finais dos veículos produzidos fora do Mercosul e do México (que tem acordo bilateral de comércio com o Brasil). Com a decisão do STF, a cobrança da nova tarifação só terá validade a partir do dia 15 de dezembro.

A ação foi proposta pelo DEM, que considerava o decreto inconstitucional. O relator do caso no STF, ministro Marco Aurélio Mello, reconheceu que a mudança na tributação deve respeitar "o princípio da autoridade nonagesimal", previsto na Constituição Federal.

O dispositivo diz que a varia-

ção de alguns impostos só pode entrar em vigor 90 dias após a publicação do decreto ou lei que o estabeleceu, a chamada noventena. "Trata-se de garantia constitucional ao contribuinte contra o poder de tributar do ente público", argumentou o ministro.

O voto de Marco Aurélio foi seguido pelos outros ministros do Tribunal. Os ministros concordaram em dar efeito retroativo à suspensão. A decisão do STF tem caráter liminar.

É possível adoção e destituir poder paterno em  
uma ação

**CONJUR 20 OUT 2011**

A 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que é possível uma só ação para destituir o poder familiar do pai biológico do menor e declarar a adoção em caso de abandono e consentimento da mãe. O ministro relator, Luis Felipe Salomão, destacou que a ação deve ser decidida de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. "A criança é o objeto de proteção legal primário em processo de adoção, sendo necessária a manutenção do núcleo familiar em que se encontra inserido o menor, também detentor de direitos, haja vista a convivência por período significativo", afirmou o ministro.

A ação prévia para destituição do poder paterno foi considerada desnecessária porque, no caso julgado, o pai biológico nunca manteve contato com o filho e declarou que abria mão da guarda em favor do padrasto. Além disso, a paternidade afetiva dura mais de 10 anos e o menor vive em lar harmonioso, segundo consta nos autos. A Justiça de Minas Gerais permitiu adoção do menor pelo padrasto, julgando procedentes os pedidos formulados em uma só ação. A mãe, casada com o adotante, concordou com a adoção.

A Defensoria Pública do estado recorreu ao STJ alegando que o prévio consentimento do pai biológico é indispensável para adoção e que o processo para destituição do poder familiar do genitor deveria ser autônomo. Mas, no processo, houve tentativa de citação do pai biológico, que não foi localizado, e a citação foi feita por edital. Um curador especial foi nomeado. Por essas razões, o recurso da Defensoria Pública foi negado, em decisão unânime. Com informações da Assessoria do STJ.



# TAM deve pagar indenização por perda auditiva

## CONJUR 20 OUT 2011

A TAM foi condenada a pagar de indenização R\$ 30 mil a um mecânico de aviação que teve perda auditiva por trabalhar em condições adversas. Por unanimidade, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho não acolheu o recurso da empresa. Manteve a decisão da Justiça do Trabalho da 9ª Região, do Paraná.

De acordo com o mecânico, no período em que trabalhou na TAM, de 1991 a 2008, ele acompanhava a chegada e saída de aeronaves, fazia inspeções e verificava anormalidades e panes nos sistemas dos aviões. Tais atividades eram feitas num ambiente com grande volume de ruídos. O mecânico afirmou que usou equipamentos de proteção, mas a perda auditiva foi-se agravando e se tornou um fator impeditivo para nova ocupação profissional. O trabalhador reclamou, por isso, o direito à indenização por dano moral.

O laudo pericial relata que a empresa não fez audiometria desde a admissão do trabalhador, sendo a avaliação adotada somente a partir de 2002. No entanto, com a declaração do trabalhador de ter usados os equipamentos de proteção na TAM, o perito afirmou que a perda auditiva era prévia, sem relação com o trabalho na empresa. O mecânico disse que ele não se utilizava desses equipamentos no início de suas atividades como mecânico de aviação.

Apesar do laudo, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região concluiu que a doença tinha relação direta com a atividade do mecânico. O TRT concluiu que as normas de segurança e medicina do trabalho não foram observadas pela empregadora, justificando a sua responsabilidade civil.

A ministra relatora Kátia Magalhães Arruda, do TST, destacou que diante do questionamento da empresa sobre o nexos causal não seria possível o reexame da prova no Recurso de Revista, segundo a Súmula 126, do TST. Lembrou ainda que o laudo pericial possui caráter inconclusivo e que não foram constatadas as violações às normas apontadas pela empresa. Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.

# STJ decide que réu em ação deve prosseguir em concurso

## CONJUR 20 OUT 2011

A 5ª Turma do Superior Tribunal de Justiça decidiu que a eliminação de candidato em concurso público por responder a ações penais sem a sentença condenatória “fere o princípio da presunção de inocência”. O concurso promovido pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal eliminou um candidato na fase de investigação social por ele responder a duas ações penais e ter seu nome incluído em cadastro de serviço de proteção ao crédito.

O candidato havia passado na prova objetiva e no exame de aptidão física para o cargo de técnico penitenciário, mas foi desclassificado na fase de investigação de vida pregressa. Conforme os autos, ele respondia em uma ação por receptação qualificada e outra por crime contra a saúde pública e por formação de quadrilha. Ele entrou com recurso administrativo, mas os aprovados foram convocados em seguida para a última fase do concurso.

O candidato entrou com Mandado de Segurança no Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Sustentou que não havia sido condenado e que as inscrições em cadastro negativo não poderiam determinar seu caráter inidôneo, pois refletiriam apenas “condições financeiras adversas”. Os desembargadores negaram o pedido, entendendo que “a idoneidade moral e a conduta ilibada” eram essenciais para o servidor que trabalharia diretamente com internos do sistema prisional. Os magistrados ressaltaram ainda que tal exigência constava no edital do concurso.

No STJ, a ministra relatora Laurita Vaz afirmou que a eliminação amparada em processos criminais que ainda não resultaram em condenação contraria entendimentos anteriores da corte. Laurita Vaz destacou também que o nome do candidato em cadastro de inadimplência é insuficiente para impedir o acesso ao cargo público, sendo a desclassificação nesse sentido “desprovida de razoabilidade e proporcionalidade”. A relatora citou jurisprudência do Supremo Tribunal Federal para dar apoio a sua tese e foi acompanhada pela maioria do colegiado. Com informações da Assessoria de Imprensa do STJ.